FRANCISCO JOSÉ MOONEN

GASPAR VAN DER LEY NO BRASIL

MONOGRAFIA N.º 5

INSTITUTO DE CIÊNCIAS DO HOMEM — DIVISÃO DE HISTÓRIA

IMPRENSA UNIVERSITÁRIA

FRANCISCO JOSÉ MOONEN

GASPAR VAN DER LEY NO BRASIL

MONOGRAFIA N.º 5

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS DO HOMEM
IMPRENSA UNIVERSITÁRIA
Recife, 1968

INTRODUÇÃO

Os Wanderleys estão hoje dispersos por todo o Brasil e com vários membros, no presente e no passado, de destaque na vida política e artística da nação. Têm êles sua origem em Pernambuco, na primeira metade do século XVII, com Gaspar van Nieuhof van der Ley, capitão-de-cavalos a serviço da Companhia holandesa das Índias Ocidentais no Brasil, e, posteriormente, senhor de engenho no Cabo de Santo Agostinho. Já nos meados do século XVIII contavam-se entre as famílias mais distintas do Nordeste brasileiro, o que levou Borges da Fonseca a incluí-los na sua *Nobiliarquia Pernambucana*, cujo manuscrito data de 1748-81. Segundo êste era Gaspar van der Ley um "fidalgo holandês", "de cuja nobreza temos testemunho autêntico em uma certidão do Conde João Maurício de Nassau", e que "abraçou a religião católica romana para casar-se com D. Maria de Melo, filha de Manuel Gomes de Melo, senhor do engenho Trapiche, no Cabo, e de sua mulher D. Adriana de Almeida". (1) Esta certidão, na qual se baseia a nobreza dos Wanderleys, será por nós transcrita e

1. Borges da Fonseca, **Nobiliarquia Pernambucana**, 2 vls., Rio de Janeiro, 1935, vol. I, págs. 117, 215, 226; vol. II, pág. 13.

comentada mais adiante. Para sua afirmação de que Ley se tornou católico, Borges da Fonseca referiu-se a Frei Manuel Calado, autor de *O Valeroso Lucideno*, embora êste apenas diga que "Ley estava casado, ou amancebado", com D. Maria de Melo, e não mencione o fato de êle ter deixado a religião reformada, a que pertencia. (2)

Durante muito tempo Borges da Fonseca constituiu a principal fonte histórica sôbre Gaspar van der Ley, porque a documentação relativamente rica sôbre os primeiros quinze anos de sua estada no Brasil, de 1630 até 1645, encontrava-se guardada no Arquivo Geral do Reino, em Haia. Pesquisas realizadas nos arquivos holandeses, em especial por José Higino Duarte Pereira, em 1885-86, e recentemente concluídas pelo professor José Antônio Gonsalves de Mello em 1957-58, colocam atualmente à disposição do historiador brasileiro a quase totalidade dos documentos ali existentes sôbre o período do domínio holandês no Brasil, no século XVII. (3)

À ausência dêste material em anos anteriores deve-se o fato de as informações de Borges da Fonseca terem sido aceitas e divulgadas em larga escala no Brasil, surgindo daí a figura quase mí-

2. Frei Manuel Calado do Salvador, **O Valeroso Lucideno**, 2 vls., Recife, 1942, vol. I, pág. 361.

3. O autor agradece ao professor José Antônio Gonsalves de Mello, a quem deve a iniciativa dêste estudo, por sua ajuda e sugestões durante as pesquisas preliminares e a leitura crítica e correções de seu trabalho.

tica de Gaspar van der Ley, "nobre holandês que se tornou católico para poder casar com a filha de um português". Também Gilberto Freyre, êle próprio pertencente a esta família, em vários livros e artigos nos fala dos Wanderleys, e reclama estudos mais profundos sôbre o fundador e seus antepassados na Europa.

Uma tentativa neste sentido foi recentemente feita por Walter Wanderley, no seu livro *Família Wanderley*. Cita êle, como ascendentes holandeses de Gaspar, a Jarichs van der Ley, nascido em 1480, seu filho Hendrick Jarichs van der Ley, nascido em 1530, e o filho dêste, Jan Hendrick van der Ley, nascido em 1567. Acrescenta ainda um certo Georgius van der Ley, nascido em 1607, e termina dizendo que êstes foram os primeiros. Já que Gaspar van der Ley, como mais adiante diremos, deve ter nascido antes do mencionado Georgius, seria então, segundo o autor faz supor, Jan Hendrick o pai de Gaspar van der Ley.(4)

Por serem os Van der Leys acima referidos de alguma evidência na Holanda, foi-nos possível obter maiores informações a seu respeito. Jan Hendrick (Jarichs) van der Ley era recebedor geral dos comboios e licenças na Frísia, província mais setentrional dos Países Baixos, matemático excelente e escritor de obras marítimas, que em 1618 inventou um método para medir distâncias no

4. Walter Wanderley, Família Wanderley, Rio de Janeiro, 1966, pág. 17.

mar. Embora não fôsse nobre, teve êle, por méritos especiais, o direito de usar brasão.(5) Era casado com Judith de Gardijn, mas não sabemos se entre os filhos do casal havia um chamado Gaspar, de modo que há pouca possibilidade de Gaspar van der Ley descender desta família. Existiam na Holanda outras famílias Van der Ley, de qualquer das quais êle pode ter descendido.(6)

Tanto o nome Van der Ley, como o Nieuhof, são bastante comuns na Holanda e já o eram no século XVII. Também entre os holandeses que se passaram a Pernambuco neste século, conhecemos pelo menos três Nieuhofs e cinco Van der Leys, excluindo-se Gaspar, sem que haja motivo para acreditar que eram parentes uns dos outros. No Livro de Batismo da Igreja Reformada no Brasil aparecem Harman van Leei (1638), Dirck Leeye (1644) e Nicolaes Lye (1649). A *Dagelijkse Notule* de 21 de julho de 1651 menciona Philips van der Ley, enquanto em 1639 pediu permissão

5. O brasão de Jan Hendrick Jarichs van der Ley foi reproduzido no livro citado de Walter Wanderley. O lema **Seyt altydt van eenderley sin** (Sejam sempre de um só parecer) foi aí traduzido como: Que haja sempre um real (verdadeiro) Wanderley (sic). Quanto ao "vitral em dialeto da Frísia da Grande Igreja de Leeuwarden", por êle publicado, trata-se da fôlha 169 do livro de casamentos realizados na dita igreja, escrita em língua holandesa do século XVIII, onde se lêem os registros de casamentos, entre outros, de Tjetje van der Leij com Pietje Dijkstra, no ano de 1706.

6. **Centraal Bureau voor Genealogie**, organização holandesa para a conservação de coleções genealógicas nacionais e particulares, e **Iconografisch Bureau**, ambas com sede em Nassaulaan 18, Haia.

para voltar do Recife para a Holanda o comerciante livre Balthasar van der Ley. Conhecido através do seu livro *A Memorável Viagem Marítima e Terrestre ao Brasil* é Joan Nieuhof, funcionário da Companhia das Índias Ocidentais que estêve no Recife de 1640 até 1649. Em 1636 pediram para poder ir ao Brasil, como comerciantes livres, Balthasar e Didrich van Nijenhoff, sem dúvida irmãos. Se êste Balthasar fôr o mesmo acima referido Balthasar van der Ley, então seu nome completo teria sido Balthasar van Nijenhoff van der Ley. A grafia pouco uniforme dos nomes próprios era comum no século XVII; variantes de Nieuhof são, por exemplo, Nihof, Niehof e Neuhoven.

Não conhecemos, pois, os pais de Gaspar van der Ley, nem o lugar e data de seu nascimento, o que torna extremamente difícil encontrar dados sôbre êle ou sua família nas coleções genealógicas existentes na Holanda. Pesquisas neste sentido deverão ser feitas tanto na genealogia da família Nieuhof, quanto na família Van der Ley, porque, em especial os documentos mais antigos, quase sempre se referem a êle com seu nome completo, Gaspar van Nieuhof van der Ley. Apenas uma vez é mencionado como Gaspar Nieuhof, e em outro lugar como "Gaspar van Nieuhof, chamado Ley".[7] Nos poucos documentos portuguêses a êle

7. **Dagelijkse Notule** de 17 de setembro de 1637, Arquivo Geral do Reino (ARA), Haia, Cartório da Companhia das Índias Ocidentais (Oude WIC), maço 68.

referentes apenas consta o nome Van der Ley, também o único herdado por seus filhos, e com o qual êle próprio assinou suas cartas e ficou conhecido entre os portuguêses.

A AUTENTICIDADE DA CERTIDÃO DE NOBREZA

A procedência da afirmativa de serem os Wanderleys de ascendência nobre é, como já foi dito, uma certidão que teria sido escrita pelo Conde João Maurício de Nassau, a pedido do primeiro filho de Gaspar van der Ley. Afirma Borges da Fonseca que êle viu a própria certidão e a teve em mãos durante muito tempo, e que lhe foi dada pelo Mestre de Campo Antônio da Silva Melo. Não apresenta, porém, elementos para a garantia de sua autenticidade, porque não esclarece se viu o original, que admitimos ter sido redigido em alemão, ou uma tradução portuguêsa, que divulgou, e cujo teor é o seguinte:

"João Maurício, pela graça de Deus, Príncipe de Nassau, Conde de Stzahelenbagen, Vinham e Brets, Senhor de Breilstem, Mestre da Ordem Taem. Teutonica de S. João, Governador pt Sarenpdade Eleitoral de Brandeburg dos Principados Clzta Minden, e dos Condados de Mareg e Darenburg, Mestre de Campo, General das Províncias Unidas dos Países Baixos. Fazemos saber aos que a presente virem, que porquanto o Senhor João

Maurício Wanderley, que presentemente assiste em Lisboa, nos pediu lhe quiséssemos dar uma certidão da nobre progênie de seu pai e avós e portanto certificamos que seu pai e avós e todos que tiverem e ainda hoje tem o nome de Wanderley, sempre foram e ainda são Fidalgos de Sangue e linhagem nobre, e que assim no tempo dos nossos antecessores, como durante o tempo do nosso govêrno, mereceram os ditos Wanderleys sempre serem do Senhor Eleitor de Brandeburg honrados com os primeiros cargos, ofícios e dignidades nobres de sua pátria, nos quais serviram sempre com muito louvor e honra. Em fé da verdade mandamos despachar a presente sob nossa própria firma e sêlo. Dada em Sigen aos 20 de Dezembro de 1668 anos. João Maurício Príncipe de Nassau. (sêlo)".(8)

O manuscrito original dos quatro volumes da *Nobiliarquia Pernambucana* perdeu-se, com exceção do último, que se encontra em mau estado de conservação no Instituto Arqueológico do Recife. O capítulo sôbre os Wanderleys devia estar no fim do volume I ou no comêço do volume II do texto original. Entretanto guardam-se ali duas cópias, feitas no século XIX, a que faz demorada referência o professor José Antônio Gonsalves de Mello, em capítulo especialmente dedicado ao assunto, no seu livro *Estudos Pernambucanos*, as quais apre-

8. Borges da Fonseca, l.c., vol. I, pág. 117.

sentam erros de transcrição e outros defeitos que o mesmo professor aponta minudentemente. Da segunda cópia extraiu-se a que veio servir para a publicação da obra pela Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro em 1935.

Na forma como a certidão foi publicada nesta edição, há razões para duvidar de sua autenticidade, isto porque os títulos do Príncipe mencionam lugares que êle governava ou de que era titular, dos quais nenhum está corretamente escrito, sendo que alguns estão irreconhecíveis. Os títulos originais, segundo a grafia alemã, seriam os seguintes: "João Maurício, pela graça de Deus, Príncipe de Nassau, Conde de Katzenellenbogen, Vianen e Dietz, Senhor de Beilstein, Mestre da Ordem Taem. (?) Teutônica de São João, Governador por Sua Serenidade Eleitoral de Brandenburgo dos Principados de Cleve e Minden, e dos Condados de Mark e Ravensberg, Mestre de Campo General das Províncias Unidas dos Países Baixos". Os títulos de Conde de Katzenellenbogen, Vianen e Dietz e Senhor de Beilstein constam do texto do retrato de João Maurício de 1637; sua eleição para Mestre da Ordem Teutônica de São João data de 15 de junho de 1652, tendo sido nomeado governador de Cleve, Mark e Ravensberg em 29 de outubro de 1647, e de Minden em maio de 1658. O "Mestre de Campo General das Províncias Unidas", pôsto da organização militar portuguêsa, deve corresponder ao de Tenente-general da cava-

laria dos Países Baixos, que o era desde 27 de outubro de 1644.(9)

É possível, porém, que os títulos de Nassau não estivessem tão grosseiramente estropiados no texto manuscrito da *Nobiliarquia* (embora a notória inabilidade luso-brasileira, no período colonial, de grafia de nomes estrangeiros, especialmente das línguas não latinas), pois numa das cópias do Instituto Arqueológico há alguns corretamente escritos, ao passo que na outra os títulos foram copiados sem cuidado. O conteúdo da certidão é, porém, igual em ambas as cópias.

Depois de sua volta para a Holanda, em 1644, o Conde de Nassau, quando não em viagem, morava geralmente no seu belo palácio que mandou construir em Cleve, e causou-nos admiração que a certidão fôsse escrita em Siegen, muito distante daquele lugar. Sabemos, porém, por Ludwig Driesen, biógrafo do Conde, que êste no fim do ano de 1668 realmente estava em Siegen, onde ficou até julho de 1669.(10)

Falsificações de atestados de nobreza não eram raras antes e depois do século XVII, mas neste caso há que reconhecer haver possibilidade de que o Príncipe de Nassau tenha sido realmente o autor da certidão transcrita. Se o conteúdo do original corresponde ao do texto que Borges da Fonseca

9. Ludwig Driesen, **Leben des Fürsten Johann Moritz**, Berlin, 1849, pág. 140 e segs.
10. Ludwig Driesen, l.c., pág. 277.

inclui na sua obra, sem apontar quaisquer elementos para garantia de sua autenticidade, é pergunta que provàvelmente nunca terá resposta, pelo fato de não se saber onde pára o original.

Embora governador dos citados lugares, não era, porém, o Príncipe de Nassau a pessoa encarregada de expedir certidões de nobreza ou fidalguia. Tanto em Brandenburgo como na Holanda deviam existir entidades competentes para isso. Compreende-se, no entanto, que, por seu prestígio no Brasil, mesmo entre os portuguêses, a êle, tivesse o filho de Gaspar van der Ley recorrido para certificar acêrca de seus ascendentes, e êle, embora sem competência para isto, o tivesse feito generosamente. Êste fato diminui em grande parte a importância do documento, que não é, pròpriamente dito, um atestado válido para o fim visado.

A NOBREZA E A NACIONALIDADE DE GASPAR VAN DER LEY

Estreitamente ligadas estão as questões sôbre a nobreza e a nacionalidade de Gaspar van der Ley. A declaração atribuída a Maurício de Nassau, tal como foi publicada por Borges da Fonseca, não deixa dúvida sôbre "a nobre progênie de todos que tiveram e ainda hoje têm o nome de Vanderley", mas sabemos, por outro lado, que

na Holanda não há família Vanderley nobre.[11] Se Gaspar era holandês, não pode ter sido ao mesmo tempo nobre, e seria sem valor a certidão transcrita; mas há a possibilidade de ser de outra nacionalidade e neste caso pode ter sido de linhagem nobre.

Como capitão-de-cavalos e senhor de engenho, isto depois de 1637, Gaspar van der Ley gozava de boa reputação entre os holandeses e portuguêses, era pessoa honrada e estimada, de cuja lealdade ninguém duvidava. No tratamento que lhe era dispensado, era sempre chamado de capitão-de-cavalos, senhor, ou simplesmente por seu nome, sem título algum. O tratamento de Excelência, Nobre ou Excelentíssimo parece ter sido reservado para o Conde João Maurício de Nassau, governador geral do Brasil holandês, e para os Altos Conselheiros que formavam o govêrno depois do regresso dêste para a Holanda em maio de 1644. A ausência dêstes títulos não significa, porém, que Gaspar não fôsse nobre. Temos de considerar que a Companhia das Índias Ocidentais era formada por comerciantes e burgueses, para os quais a nobreza não era atributo que por si só distinguisse a pessoa, mas sim sua riqueza, a não ser que fôsse da alta nobreza, como por exemplo, o Conde de Nassau. Também Diederik van Waerdenburg, que ao tempo da invasão de Pernambuco era cha-

11. Centraal Bureau voor Genealogie. Haia.

mado em latim de "Nobilissimo ac Magnanissimo" e de senhor de Lent, e Hartman Godefried van Stein Callenfels, comandante de regimento na mesma ocasião, era Barão, mas nem um nem outro receberam nos papéis da Companhia o tratamento de nobres ou fidalgos que lhes competia.

Não é, pois, de admirar que nos documentos holandeses contemporâneos por nós consultados, não se encontre nenhuma referência a uma eventual nobreza de Gaspar van der Ley. Apenas num documento português há menção ao que se dizia acêrca de sua origem; Martim Soares Moreno escreve a seu respeito que "nos dizem que é pessoa qualificada na sua terra". Martim Soares Moreno estava a justificar ao governador geral do Brasil a promessa de uma comenda da Ordem de Cristo que fizera a Van der Ley; e para isto "qualidade" era atributo necessário, mas nem por isso diz dêle que era nobre, mas sim "qualificado", que no contexto parece significar distinto.

Outro documento, um pouco posterior, pois data de 1691 se refere a Gaspar van der Ley como "conhecido em Pernambuco, tido e havido por nobre e limpo". No entanto parece que os Vanderleys, e entre êles o próprio Gaspar, eram considerados nobres porque D. Maria de Melo, sua mulher, descendia de uma família considerada nobre e por Borges da Fonseca incluída como tal em sua *Nobiliarquia Pernambucana*, e não porque Gaspar van der Ley era de ascendência nobre.

Pode-se concluir isto da carta de concessão do hábito de Cristo, expedida pelo Rei em favor do filho mais velho de Gaspar van der Ley, e na qual diz: "Porque me constou... o dito João Gomes Vanderley ter as partes pessoais, nobreza e limpeza necessária pela parte *materna*... dispensou com êle nos defeitos de seu pai e avós paternos haverem sido hereges, posto que o pai morreu católico".(12) Não se refere o Rei como se vê, à nobreza de Gaspar van der Ley, mas sim à nobreza de D. Maria de Melo.

Os documentos não nos permitem certeza sôbre a nacionalidade de Gaspar van der Ley. Ainda aqui é Borges da Fonseca o primeiro que afirma ser êle natural da Holanda, mas também neste caso não cita qualquer confirmação para sua afirmativa. O genealogista pernambucano não sabia que na Holanda não existem nem existiram Vanderleys nobres, mas o que é de admirar é que possuindo êle elementos que permitiam comprovar que Ley era alemão não o tivesse percebido.

12. Carta de Martim Soares Moreno ao governador da Bahia, Antônio Teles da Silva, de 6 de setembro de 1645, **Revista do Instituto Arqueológico Pernambucano**, n.º 35, Recife, 1887, pg. 45; tradução holandesa, ARA, Oude WIC, maço 60. Carta de hábito de Cristo, alvará de profissão e alvará de cavaleiro para João Gomes Vanderley, em data de 16 de outubro de 1674, Tôrre do Tombo, Chancelaria da Ordem de Cristo, livro 53, fôlhas 64/65; Consulta do Tribunal da Mesa de Consciência e Ordens e documentos anexos, em data de 17-11-1688, 23-10-1691 e 12-12-1691, Tôrre do Tombo, Habilitações à Ordem de Cristo letra J, maço 88, n.º 66.

Entende-se da declaração fornecida pelo Príncipe de Nassau que a pátria de Gaspar van der Ley e seus antepassados não era a Holanda, mas sim o Eleitorado de Brandenburgo, onde sempre foram honrados com cargos importantes. Brandenburgo, governado pela Casa de Hohenzollern era parte integrante, desde tempos remotos, da Alemanha. Os Vanderleys seriam, segundo êste documento, de antecedência alemã, e compreende-se então a observação de Nassau de que êles "sempre serviram com muito louvor e honra". Gaspar van der Ley, embora considerado traidor pelos holandeses não o era para os alemães, e sua atitude, pouco louvável no Brasil neerlandês, não prejudicou de qualquer modo o Eleitorado de Brandenburgo.

Pelo tratado de Xanten-Cleve, em 1614, foi o Eleitorado aumentado com o ducado de Cleve, que limitava com a Holanda, e com os condados de Mark e Ravensberg, todos situados na Alemanha. Para governador (*Statthalter*) dos mesmos o Príncipe Eleitor Frederico Guilherme de Hohenzollern nomeou, em 1647, o Príncipe João Maurício de Nassau, a quem conheceu em 1636. Quando êste se refere, na sua declaração sôbre os Vanderleys, aos "nossos antecessores" e ao "tempo do nosso govêrno", deve-se entender isto não com relação ao Brasil, onde de 1637 até 1644 foi governador-geral, mas a Brandenburgo, onde não apenas governava Cleve, Mark e Ravensberg, mas,

posteriormente, também o principado de Minden.(13)

Ao atestado fornecido pelo Príncipe de Nassau, segundo o qual Gaspar seria súdito de Brandenburgo, e, portanto, da Casa de Hohenzollern, vem se juntar outro documento que o diz "natural da Alemanha da cidade de Viena da Áustria", e, com outras palavras, austríaco, súdito da Casa de Habsburgo, que governava as regiões da Bohemia, Áustria, Tirol, além de outras, e cujos membros, de 1493 até 1740, foram imperadores do Santo Império Romano, também chamado o Império Germânico.

A consulta do Tribunal da Mesa de Consciência e Ordens, sôbre a dispensão que pediu João de Barros Rêgo para receber o hábito da Ordem de Cristo, diz que faltava declarar a naturalidade "de seu avô materno o capitão de cavalos Gaspar Vanderley, que foi natural da Alemanha da cidade de Viena da Áustria, aonde é impossível irem-se-lhe fazer as inquirições. E porque o dito seu avô viveu e faleceu na cidade da Bahia aonde sempre residiu, servindo a esta Coroa com tôda a satisfação, e ainda que se pudesse ir à Alemanha nenhuma notícia se podia achar dêle pelos muitos anos que há se ausentou daquele para êste Reino... pede a Vossa Majestade lhe faça mercê dispensar com êle para nesta cidade se fazerem as in-

13. Ludwig Driesen, l.c., pág. 149 e segs.

curições do dito seu avô... vista a impossibilidade que há de se poderem ir fazer a Viena da Áustria e haver muitos outros exemplos que favorecem êste seu requerimento. A êste Tribunal parece que Vossa Majestade não deve deferir ao suplicante, porquanto nas inquirições que se lhe fizeram em Pernambuco, donde seu avô foi morador, constou que fôra herege, e que quando morrera se fizera católico, e como não consta da sua naturalidade poderá haver nela impedimento em que Vossa Majestade não possa dispensar... Lisboa, 17-11-1688".

Infelizmente êste documento não é uma prova indubitável da nacionalidade de Gaspar van der Ley, como seria, por exemplo, um registro de batismo, mas apenas uma declaração duvidosa cuja veracidade fica sujeita a prova. Maior dúvida suscita o fato de João de Barros Rêgo situar a Áustria dentro da Alemanha, o que seria possível se êle empregasse a palavra Alemanha como sinônimo de Império Germânico, e neste caso Gaspar teria sido austríaco. No entanto, se João de Barros Rêgo sabia exatamente o lugar de nascimento de seu avô, também o filho de Gaspar devia saber disto e não se compreende por que tenha mandado buscar um atestado sôbre seu pai em Brandenburgo. Parece, portanto, mais provável que João de Barros Rêgo soubesse apenas que seu avô era nascido na Alemanha, mas não exatamente em que lugar, e tenha indicado Viena, lugar muito distante e de difícil acesso na época, para dificul-

tar ou até impossibilitar que se fizessem ali as investigações que eram exigidas para admissão à Ordem de Cristo. Seja como fôr, de algum modo sua informação, exata ou não, vem reforçar a suposição de que Gaspar van der Ley não era holandês, como sempre tem sido considerado, mas sim alemão, ou provàvelmente austríaco. Existe atualmente na Alemanha uma família Von der Leyen, nobre, no século XVII também chamada Von der Ley, da qual alguns dos seus membros foram arcebispos hereditários de Trier, mas não há informes sôbre Gaspar van der Ley dêste lado, e é pouco provável que êle descenda desta família.(14)

Do que fica dito, certeza sôbre a nacionalidade de Gaspar van der Ley só pode ser obtida através de pesquisas posteriores, em especial nas coleções genealógicas, pesquisas estas que, a nosso ver devem ser iniciadas na Alemanha, e, se negativas, continuadas na Áustria, e só em último caso na Holanda.

O PERÍODO DE VIDA DE GASPAR VAN DER LEY

Duvidosas são também as datas em que Gas-

14. Informação que nos foi gentilmente prestada por Sua Excia. o Embaixador J. de Souza Leão, por muitos anos Ministro e Embaixador na Holanda. Em conversa que Sua Excia. teve com o atual chefe desta família nobre, o príncipe Kasper von der Leyen, declarou-lhe êste ignorar que algum Gaspar von der Ley tivesse servido à Holanda no Brasil. Também: **Centraal Bureau voor Genealogie**, Haia.

par van der Ley nasceu e morreu. A certidão de João Maurício de Nassau mostra que, naquêle ano de 1668, já tinha morrido, porque, no caso contrário, o atestado de nobreza teria sido solicitado à autoridade competente em tais encargos e não a uma pessoa que, embora categorizada, não tinha atribuição para expedir essas provas. Gaspar, se fôsse natural do Eleitorado de Brandenburgo, devia saber quais eram estas autoridades e onde as encontrar; já o seu filho, nascido no Brasil, embora então em Lisboa, nunca tinha estado em Brandenburgo, nem conhecia as autoridades daquêle país.

Gaspar van der Ley casou em Pernambuco com D. Maria de Melo, filha de Manuel Gomes de Melo, senhor do Engenho Trapiche, no Cabo, e de sua mulher D. Adriana de Almeida. Dêste casamento nasceram quatro filhos, a saber: João Maurício, Manuel Gomes, Gaspar e Adriana. D. Maria de Melo, viúva, casou novamente com João Batista de Acioli, e dêle teve uma filha chamada Margarida.(15) Não conseguimos descobrir a data dêste casamento, pois se a soubéssemos seria possível dizer, com alguma aproximação, a época em que Gaspar van der Ley faleceu. Pode-se contudo, fazer alguma conjectura: Margarida, filha do segundo casamento da viúva dêste, casou com Filipe de Moura Acioli e do têrmo de Irmão da Misericórdia, que êste assinou em 26 de março de 1678,

15. Borges da Fonseca, l.c., vol. I, pág. 117 e segs.

consta que nesta data já era casado.[16] Admitindo-se que sua mulher, ao casar, tivesse a idade mínima de onze anos, teria ela nascido antes de 1667, e Gaspar van der Ley teria então falecido antes de 1666.

As notícias que correram sôbre a morte de Gaspar no fim de 1645, logo após a rendição do Forte do Pontal, não mereceram crédito por parte dos Altos Conselheiros, e com razão. No *Diário* de Matheus van den Broeck, êste diz ter falado com Ley no fim de fevereiro de 1646 na Bahia.[17] Que êle ainda estava vivo em setembro de 1646 mostra também o edital publicado pelos Altos Conselheiros neste mês, no qual concedem perdão aos insurrectos portuguêses, excluindo-se dêle, porém, Gaspar van der Ley, entre outros.

Um documento do Conselho dos XIX da Companhia das Índias Ocidentais, datado de 5 de março de 1663, contém a lista dos engenhos vendidos no Brasil pela Companhia depois de 1637, cujos preços, no todo ou em parte, não haviam sido satisfeitos. Gaspar van der Ley consta aí dever ainda então a soma de pouco menos de 50.000 florins. Isto faz supor que estava vivo naquêle ano, ou, pelo menos, que na Holanda ainda era considerado vivo. Falecido então provàvelmente depois de 1663

16. Borges da Fonseca, l.c., vol. II, pág. 11.

17. "Breve Discurso", **Revista do Instituto Arqueológico Pernambucano**, n.º 32, Recife, 1887, págs. 165 e 169. Matheus van den Broeck, "Diário ou Narração Histórica", **Revista do Instituto Histórico Brasileiro**, n.º 40, Rio, 1877, pág. 56.

e antes de 1666, deve ter nascido ou nos últimos anos do século XVI ou no princípio do seguinte.

OS FILHOS DE GASPAR VAN DER LEY

Quando da entrega por subôrno e traição da fortaleza de Nossa Senhora de Nazaré (que os holandeses chamavam do Pontal ou Van der Dussen) do Cabo de Santo Agostinho, em setembro de 1645, prometeram os portuguêses a Gaspar van der Ley uma comenda da Ordem de Cristo do lote de cem mil réis, para um filho seu. Dêsses filhos, segundo Martim Soares Moreno, chamava-se "o mais velho João Vanderley e o outro Gaspar Vanderley".(18)

Borges da Fonseca cita os filhos de Ley na seguinte ordem: João Maurício, Manuel Gomes, Gaspar e Adriana, todos do seu casamento com D. Maria de Melo. Das palavras de Martim Soares Moreno pode-se, porém concluir que Gaspar era o segundo filho e não Manuel.

João Vanderley, sem dúvida o primeiro filho de Gaspar, nasceu segundo Borges da Fonseca, provàvelmente em 1641, "porque sentando praça de soldado da Companhia do capitão João Batista Pereira, do têrço do Mestre de Campo D. João de Sousa, a 3 de janeiro de 1666, declarou ter 25 anos

18. Carta de Martim Soares Moreno a Antônio Teles da Silva de 6 de setembro de 1645, cit. em nota 12.

de idade. Muito se lhe deveu na restauração do Palmar, porque acudiu com a sua pessoa, criados, escravos e mantimentos". Segundo o atestado de nobreza fornecido pelo Conde de Nassau seu nome seria João Maurício, e é assim que Borges da Fonseca o registra. Contrária a esta informação é a Consulta do Conselho Ultramarino de 8 de março de 1668, que contém o seguinte texto: "João Gomes Vanderley consta que tem servido a Vossa Majestade na capitania de Pernambuco desde janeiro de 1666 até o presente de soldado da companhia do capitão João Batista Pereira, achando-se nas ocasiões que se ofereceram e alega que é filho de Gaspar Vanderley mui conhecido nas guerras de Pernambuco onde fêz a Vossa Majestade muitos e mui particulares serviços", e mais adiante: "O doutor Feliciano Dourado, Rui Teles de Menezes, Francisco Malheiro e o Conde Presidente nomeiam a Vossa Majestade para a dita companhia em primeiro lugar a João Gomes Vanderley, sem embargo de não ter os anos de regimento, porquanto Vossa Majestade manda que se tenha respeito para êstes postos as pessoas de qualidades, e êle ter por si os mantimentos de serviços de seu pai Gaspar Vanderley".(19)

Nesta consulta pede-se a nomeação de João Gomes Vanderley para capitão de uma companhia, pedido êste feito ao próprio Rei de Portugal. Deve-

19. Arquivo Histórico Ultramarino, Lisboa, Pernambuco, papéis avulsos, caixa 5.

mos, pois, excluir a possibilidade de ter havido engano quanto ao nome do candidato; pode-se admitir que o seu nome completo fôsse João Maurício Gomes Vanderley. Que Borges da Fonseca tenha cometido um engano, ou que João Gomes, no seu pedido para o atestado de nobreza, tenha mudado seu nome em João Maurício, como se sabe o nome do Conde de Nassau, para obter mais fàcilmente o desejado atestado, parece-nos pouco provável. Também no livro 1.º de Registro de Irmãos da Santa Casa de Misericórdia de Olinda, 1682-1859, encontra-se em data de 27 de junho de 1707 a admissão do capitão Sebastião Maurício Vanderley, filho legítimo do capitão João Maurício e Maria da Rocha, filha de Clemente da Rocha Barbosa e de sua mulher Maria Lins.

Sôbre João Maurício Vanderley diz ainda Borges da Fonseca que "serviu os postos de Capitão da Ordenança.... da Mangabeira por patente do Governador D. Pedro d'Almeida, de 2 de abril de 1678, e de Cavalos por patente do Governador Aires de Sousa de Castro, de 7 de setembro de 1680". Não é verdade, como afirma Borges da Fonseca, que tomou o hábito de Cristo em 1663, mas sim, provàvelmente, em 1674, pois dêste ano é o alvará pelo qual o Rei concedeu a João Gomes Vanderley ser armado cavaleiro. No *Inventário dos Livros das portarias do Reino*, volume II, que inclui os anos de 1653 até 1664, não consta o no-

me de qualquer Vanderley, como tendo obtido a mercê da Ordem de Cristo.

Do segundo filho, como o pai chamado Gaspar Vanderley, diz apenas Borges da Fonseca, que foi tenente coronel, e casou com D. Ana Ferreira. Sôbre êle temos outra informação numa carta de confirmação de patente, escrita em Lisboa no dia 8 de novembro de 1678, na qual se vê que a freguesia do Cabo ainda era o local da habitação dos descendentes de Gaspar van der Ley e D. Maria de Melo. O texto da carta é o seguinte:

"D. Pedro, etc., faço saber aos que está minha carta de confirmação virem, que tendo respeito a que Gaspar Vanderley se saberá haver nas ocasiões que se ofereceram com satisfação e com a mesma igualdade com que seu pai e avós serviram nas guerras do Estado do Brasil, conforme a confiança que faço de sua pessoa, hei por bem fazer-lhe mercê de o confirmar, como por esta confirmo, no pôsto de Capitão da Companhia de Infantaria da Ordenança dos moços solteiros da freguesia do Cabo de Santo Agostinho em que está provido por patente de D. Pedro de Almeida, sendo governador de Pernambuco, na forma do capítulo 20 do seu regimento, com o qual pôsto não vencerá sôldo algum de minha fazenda, mas gozará de tôdas as honras, privilégios, liberdades, isenções e franquezas que em razão dêle lhe tocarem. Pelo que mando ao meu governador da dita capitania de Pernambuco conheça ao dito Gaspar Vande-

nem [sic] por capitão da dita companhia e como tal o honre e estime e deixe servir o dito pôsto debaixo da posse e juramento que se lhe deu quando nêle entrou e aos oficiais e soldados da dita companhia ordeno também que em tudo lhe obedeçam e cumpram suas ordens de palavra e por escrito como devem e são obrigados, e por firmeza de tudo lhe mandei passar esta minha carta patente de confirmação por mim assinada e selada com o sêlo grande de minhas armas, a qual vai por duas vias. Lisboa, 8 de novembro de 1678".(20)

Os primeiros dois filhos de Gaspar van der Ley seguiram, pois, a carreira militar de seu pai e foram, como êste, altamente estimados entre os portuguêses por seus serviços prestados ao Reino de Portugal, e não apenas pelo fato de serem filhos de Gaspar van der Ley, a quem tanto se devia para o sucesso da Insurreição Pernambucana, em 1645.

Manuel Gomes Vanderley casou com D. Mécia de Barros, filha de Rodrigo de Barros Pimentel e de sua mulher D. Jerônima de Almeida, enquanto D. Adriana de Almeida Vanderley, a única filha de Gaspar, contraiu matrimônio com André de Barros Rêgo, filho de Arnau de Holanda Barreto e de sua mulher Luzia Pessoa. Sôbre êstes limitamo-nos às informações de Borges da Fonseca, sem outras pesquisas a respeito.(21)

20. Arquivo Histórico Ultramarino, códice 119, fôlha 82v.
21. Sôbre os filhos de Gaspar van der Ley e D. Maria de

A GRAFIA DO NOME VAN DER LEY

Nomes próprios formados pela preposição *van* e o artigo *de* tendem, na Holanda, a serem escritos juntos, e é desta forma que o nome aparece escrito no Brasil já nos documentos mais antigos. Durante muito tempo era esta a única grafia adotada pelos membros da família no Brasil, pelo menos até a segunda metade do século XVIII, como consta, entre outros, do já citado Livro 1.º de Registro de Irmãos da Santa Casa de Misericórdia de Olinda, onde o nome foi escrito como Vanderlei e da página 401 do manuscrito do volume 4 da *Nobiliarquia*, em letra do próprio Borges da Fonseca, como já dissemos. Na consulta do Conselho Ultramarino, de 8 de março de 1668, a grafia usada é Vanderly [sic]. Na *Informação Geral da Capitania de Pernambuco*, de 1749, e no *Mapa Geral da Capitania de Pernambuco*, de 1763, aparecem respectivamente, Gonçalo da Rocha Vanderley, diretor da vila de Porto Calvo, e o capitão João Luís Vanderley, diretor da povoação do Barreiro.

Nas cópias defeituosas da *Nobiliarquia*, feitas no século XIX, consta a grafia errada, porém atualmente aceita e mais usada pelos membros da família, com W. Não pesquisamos se os copistas da *Nobiliarquia* foram os primeiros a usar esta

---

Melo veja-se Borges da Fonseca l.c., vol. I, capítulo sôbre os Wanderleys, pág. 117 e segs.

grafia, ou se ela já neste tempo estava em uso no Brasil. A grafia Wanderley é desconhecida na Holanda.

GASPAR VAN DER LEY COMO CAPITÃO E SENHOR DE ENGENHO

A entrega da fortaleza de Nossa Senhora de Nazaré aos luso-brasileiros, no ano de 1645, causou grande consternação entre os moradores holandeses no Recife, que com isto perderam seu principal ponto de defesa contra os insurrectos no sul da capitania de Pernambuco, além de grande número de militares que agora passavam para o serviço dos contrários. Para explicar a perda dêste importante baluarte, os Altos Conselheiros, que formavam o govêrno do Brasil holandês, escreveram ao Conselho dos XIX da Companhia das Índias Ocidentais, na Holanda, que estavam seguros daquele lugar porque nêle se encontravam algumas pessoas que nas guerras anteriores tinham ocupado cargos importantes na tropa, como por exemplo, Gaspar van der Ley. Por "guerras anteriores" referiam-se às do período de 1630-1635, da invasão e domínio do território nordestino. Ao autor do *Diário ou Breve Discurso* causou admiração que Ley fôsse capaz de traição, porque durante 15 anos tinha servido fielmente à mesma Companhia no Brasil. Êste último documento permite-nos supôr que Gaspar van der Ley tenha

chegado ao Brasil no ano de 1630, provàvelmente com as primeiras tropas que foram mandadas para cá.

Não sabemos que cargo ocupava êle nos primeiros anos de sua estada no Brasil, mas é de crer que estivesse ligado à cavalaria, da qual, pelo menos a partir de 1634, tinha o comando, na qualidade de capitão (*ritmeester*). No ano seguinte fêz parte da tropa de guarnição do Arraial do Bom Jesus, comandando 93 pessoas, das quais 4 inaptas, pelo que se pode supôr que tenha tomado parte no assédio e conquista dêle aos defensores luso-brasileiros.

Em julho dêste ano foi sua companhia, juntamente com mais 200 soldados, destacada para Sirinhaém, e em dezembro conseguiu dispersar com sua cavalaria a tropa de Matias de Albuquerque quando êste atacou o Rio Formoso. A tropa formada, na freguesia do Cabo, pelos indígenas, recebeu em 1636 ordem de juntar-se a Ley, onde estivesse, e obedecer a suas ordens.(22)

São êstes os poucos fatos conhecidos dos primeiros anos que estêve no Brasil; nada de façanhas militares, apenas serviços de rotina, aparen-

22. Jan de Laet, **Jaerlyck Verhael**, 4 vls., Haia, 1931-37, vol. IV, págs. 42 e 75. Carta de Von Schkoppe ao Conselho dos XIX de 16 de julho de 1635, carta de Willem Cornelissen à Câmara de Zelândia de 12 de dezembro de 1635 e Lista das Companhias no Brasil, entre os papéis de 1635, tôdas ARA, Oude WIC, maço 50 e **Dagelijkse Notule** de 20 de junho de 1636, ARA Oude WIC, maço 68.

temente sem maior importância. Afirmam os seus préstimos os Altos Conselheiros, numa carta dirigida ao Conselho dos XIX na Holanda, sem data, mas provàvelmente de 15 de junho de 1635, na qual dizem que "os cavalarianos fizeram até hoje serviços razoàvelmente satisfatórios e têm um bom capitão, Gaspar van der Ley, que consegue mantê-los em disciplina".

Jan de Laet, autor da *História ou Anais dos feitos da Companhia das Índias Ocidentais no Brasil*, ao descrever os acontecimentos de abril de 1636, diz que os portuguêses, indo de Ipojuca para o norte, saquearam os engenhos dos moradores holandeses, mas pouparam o engenho do capitão-de-cavalos Ley, "que tinha casado com a filha de um português", do qual apenas roubaram um bom cavalo.[23] Esta observação de De Laet é a única a informar que, no início de 1636, Ley, quando ainda capitão-de-cavalos, além de ser senhor de engenho, já era casado com D. Maria de Melo, filha de Manuel Gomes de Melo, senhor do engenho Trapiche, no Cabo de Santo Agostinho. Não há indicação do ano do casamento, mas Ley terá sido dos primeiros dentre os invasores a ligar-se a uma moça do país conquistado.

Embora êstes casamentos não fôssem cousa rara, não deve ter sido fácil a união com uma filha de um português ainda nos primeiros tempos da

23. Jan de Laet, l.c., vol. IV, págs. 225 e 226.

ocupação holandesa, porque o ódio ao invasor ainda estaria muito forte. A oposição deve ter sido maior, porque se tratava de casamento na Igreja Reformada, como diremos. No *Inventário dos engenhos* de autoria de W. Schott, datado de 1636, se diz que então o engenho Trapiche, ou Nossa Senhora da Conceição, era de propriedade de D. Adriana, viúva de Manuel Gomes de Melo. O fato de o pai de D. Maria estar já então falecido, pode ter favorecido a realização de seu casamento com Gaspar van der Ley, figura importante do exército holandês a serviço da Companhia das Índias Ocidentais.

A afirmação de que Ley se tornou católico para poder casar com D. Maria de Melo, deve-se a Borges da Fonseca, mas há vários documentos que provam o contrário. No *Livro de Batismo* da Igreja Reformada no Brasil, Ley figura três vêzes como padrinho, respectivamente nos anos de 1634, 1638 e 1639. As atas da Classe da Igreja Reformada de 17 de outubro de 1641 dizem claramente que o senhor Gaspar van der Ley, ancião, se excusou por escrito de assistir a assembléia, sendo aceita a excusa. Depois dos predicantes, eram os anciãos as pessoas de maior qualidade na hierarquia da Igreja Reformada, pois formavam com os predicantes o conselho eclesiástico local e eram ouvidos em tôdas as questões importantes. Estava êle neste tempo no Cabo de Santo Agostinho, onde Jodocus a Stetten era predicante. Quando mor-

reu a espôsa dêste, e êle teve que viajar ao Recife, em junho de 1645, confiou sua filha menor, Maria, aos cuidados da família van der Ley.[24] Mostram êstes fatos que Ley pertencia à Igreja Reformada mesmo depois de seu casamento, porque seria impossível ser êle padrinho e ancião se fôsse católico ou suspeito de sê-lo. O casamento foi, pois, celebrado na Igreja Reformada, e compreende-se então a observação de Frei Manuel Calado que Ley "estava casado, ou amancebado", porque como padre católico não podia reconhecer esta união como legítima. Que Ley não era amancebado, mas realmente casado, provam-no não apenas vários documentos contemporâneos, como também a atitude da Classe da Igreja Reformada, que sempre criticava severamente os erros e pecados de seus membros, em especial quando se tratava de casamentos, batismos ou assuntos sexuais, e assim Ley não poderia ter sido, como foi, ancião na Igreja do Cabo sem estar regularmente casado. Por outro lado, também não merece muita fé a informação da já referida consulta do Tribunal da Mesa de Consciência e Ordens, de 1688 segundo a qual se tornara católico só no fim de sua vida. Quando Ley passou para o lado dos portuguêses, em 1645, fôra-lhe prometido que poderia viver livremente em sua religião. No entanto,

24. Carta de Jodocus a Stetten aos Diretores da Companhia das Índias Ocidentais de 24 de junho de 1645, ARA, Oude WIC. maço 60.

Hooghstraten e Wedda, dois outros oficiais holandeses que com Ley participaram da entrega da fortaleza de Nossa Senhora de Nazaré aos luso-brasileiros, e aos quais foi feita a mesma promessa, logo após se converterem ao catolicismo, pois quando estavam na Bahia iam à missa diàriamente.(25) Nada consta a respeito de Gaspar van der Ley, mas podemos admitir que também êle se tenha convertido ao catolicismo, pelo menos aparentemente, não apenas porque também sua mulher confessava esta religião, mas também e principalmente porque como herege seria impossível permanecer no Brasil.

Não está claro qual o engenho que Ley possuia em 1636, porque só no dia 21 de julho de 1638 comprou o engenho Algodoais, situado próximo ao Cabo de Santo Agostinho, pelo preço de 20.000 florins para o qual engenho adquiriu depois um total de 30 negros.(26) Tinha êle pertencido a Miguel Pais e fôra confiscado pela Companhia das Índias Ocidentais, mas não estava nem em condições de moer, nem de ser habitado. Após a permanência nas suas terras do exército holandês, por ocasião do cêrco do Cabo em 1635, o engenho

25. **Generale Missive** de 4 de setembro de 1645, ARA, Oude WIC, maço 60.

26. Informação do Conselho dos XIX da Companhia das Índias Ocidentais de 5 de março de 1663, MS em poder da Historical Society of Pennsylvania, USA, de que temos cópia fotostática. **Dagelijkse Notulen** de 22 de setembro de 1638 e 21 de julho de 1639, ARA, Oude WIC, maço 68, e **Dagelijkse Notule** de 10 de março de 1641, ARA, Oude WIC, maço 69.

se apresentava arruinado quase por completo e sem as principais peças da fábrica, como eram, por exemplo, as caldeiras. Gaspar van der Ley reparou-o e replantou-o e em 1640 esperava moer, pela primeira vez, depois de tantos anos de inatividade.(27) Nestas condições desfavoráveis não é de crer que habitasse o engenho antes de 1638, embora não seja impossível que o ocupasse desde anos anteriores a título de arrendamento, como o fizeram, por exemplo, o general Sigismundo von Schkoppe e o fiscal Nicolaes de Ridder, que arrendaram seus engenhos em 1635 e só os compraram dois anos depois.(28) Entretanto parece mais provável que Ley em 1636 morasse no engenho Trapiche, de sua sogra, onde se habituou à vida sedentária antes de tornar-se êle próprio senhor de engenho.

Devemos fazer aqui uma breve interrupção nesta matéria de Gaspar van der Ley como senhor de engenho, para voltar ao ano de 1637, quando ainda capitão-de-cavalos. O Conde João Maurício de Nassau, governador geral do Brasil holandês, escreveu no início dêste ano que de seu exército fazia parte uma tropa de 80 cavalarianos, certa-

27. Willem Schott, "Inventário dos engenhos", ARA, Oude WIC, maço 46; "Breve Discurso sôbre o estado das quatro capitanias conquistadas, de 14 de janeiro de 1638", **Revista do Instituto Arqueológico Pernambucano**, n.º 34, Recife, 1887, pág. 147; Adriaen van der Dussen, "Relatório", 1639, tradução de José Antônio Gonsalves de Mello, Rio de Janeiro, 1947, pág. 36.

28. Adriaen van der Dussen, "Relatório", pág. 37.

mente os que estavam sob o comando de Ley.[29] Cêrca de meio ano depois, no dia 15 de setembro, já não mais ocupava êle aquêle pôsto, pois fêz prova perante o Alto Conselho, no Recife, de que fôra exonerado do cargo por Maurício de Nassau, e pediu que fôsse fechada sua conta, tendo os Conselheiros resolvido antes ouvir a respeito o Conde. Dois dias depois Ley comprou alguns negros, o que pode indicar que seu pedido fôra deferido.[30]

O documento não diz claramente se a demissão foi de iniciativa de Nassau, ou se foi pedida pelo próprio Ley, o que parece mais provável. Suas qualidades de chefe militar estão fora de dúvida, porque em 1639, e mais uma vez em 1645, foi eleito coronel das tropas auxiliares, compostas de civis, tanto de cavalaria como de infantaria, as quais foram alistadas como segurança contra os luso-brasileiros insubmissos. A cavalaria do exército regular só veio a ser extinta em 1639 e o Conde não iria demitir uma pessoa, como Gaspar van der Ley, que por tantos anos a comandara no Brasil; daí poder-se admitir que êle, por conveniência pessoal, se tivesse desligado da tropa para se dedicar a outras atividades.[31]

---

29. Carta de Maurício de Nassau de 3 de fevereiro de 1637, ARA, Cartório dos Estados Gerais, LIAS, 5772. Netscher, **Les Hollandais au Brésil**, Paris, 1853, pág. 87.

30. **Dagelijkse Notulen** de 15 e 17 de setembro de 1637, ARA, Oude WIC, maço 68.

31. "Sterkte van de troepen van de West Indische Com-

A partir de então Gaspar van der Ley tornou-se realmente senhor de engenho, figura das mais importantes na freguesia do Cabo, honrado e estimado tanto pelos portuguêses quanto pelos holandeses. Comprara, em 21 de julho de 1638, o engenhos Algodoais, que, como informa Schott, tinha cêrca de meia légua de terra, com poucas várzeas e plantações de cana. Era engenho d'água, com a produção anual calculada em 1.500 a 1.600 arrôbas de açúcar; a casa de purgar e a casa das caldeiras eram feitas de alvenaria.

As grandes despesas necessárias para consertar e replantar o engenho, junto com a improdutividade do mesmo nos primeiros anos depois da compra, deve ter esgotado seus recursos financeiros. Mas isto não impediu que no dia 17 de maio de 1642, ainda adquirisse da Companhia das Índias Ocidentais os dois engenhos Utinga de Cima e de Baixo, também no distrito do Cabo, pela soma de 20.000 florins, além de 40 escravos, cujo preço total seria acrescentado ao dos engenhos. Tôda a dívida deveria ser paga em prestações de 8.000 florins por ano, a partir de janeiro de 1645.(32) A grande facilidade de pagamento se explica pelo fato de estarem os dois engenhos inteiramente destruidos e sem cultivo há vários anos,

pagnie in Brasil", 18 de fevereiro de 1639, ARA, Oude WIC, maço 54.

32. Dagelijkse Notule de 17 de maio de 1642, ARA, Oude WIC, maço 69.

de modo que não havia quem os quisesse comprar. É evidente que Ley se deixou iludir pelo preço baixo das duas propriedades e pela grande facilidade de pagamento, e sem perceber o que estava a comprar, porque a *Dagelijkse Notule* de 22 de junho de 1642 diz o seguinte: "O Senhor Gaspar van der Ley representa por escrito que êle no dia 15 [sic] do mês passado comprou ao Conselho os engenhos Utinga de Cima e de Baixo, pela soma de 20.000 florins e 40 peças de negros, cujo preço, por causa do pagamento a prazo, viria a ser o duplo do preço estabelecido na venda; e comprou-o na esperança de que encontraria ainda um bom engenho e bons canaviais, mas notou agora, ao contrário, que as terras de ambos os engenhos são matas e não terreno cultivado, e tem apenas uma velha casa de purgar, como pode provar à saciedade. E, além disso, que o preço dos negros era excessivamente alto e aumenta enormemente sua dívida; tanto o engenho quanto os negros lhe foram vendidos pelo dôbro do valor real. Pede, pois, ao Alto Conselho que o não queira arruinar por causa dêste cálculo errado e pede um desconto".

A solução para o problema só foi encontrada meses depois, e consta da *Dagelijkse Notule* de 23 de março de 1643: "Tendo o senhor Gaspar van der Ley a 17 de maio do ano passado comprado à Companhia os engenhos arruinados Utinga de Cima e de Baixo..... pediu êle um abatimento; a

cousa ficou desde então neste ponto, em razão da investigação que era preciso fazer nos dois engenhos, como pela doença do dito Van der Ley, e ainda por outras cousas e por isso não prosseguiu; até que, por ocasião da venda dos negros vindos pelo navio *Burgh*, o dito senhor veio ao Recife, e, depois de várias deliberações, foi resolvido que a compra dos engenhos e tudo que a êles pertence e os negros, não será desfeita, pagando êle em vez de 20.000 florins a quantia de 10.000 florins, mas com relação à compra dos negros tudo fica como antes foi estabelecido". E parece que assim foi feito, porque dois dias depois, em 25 de março, Ley hipotecou o engenho Algodoais, em particular, à Companhia das Índias Ocidentais, pela importância de 49.964 florins, a qual, aliás, ainda não tinha pago em 1663.(33) A compra de engenhos confiscados pela Companhia das Índias Ocidentais era geralmente feita a longo prazo, em especial quando se tratava de engenhos arruinados que não tinham possibilidade de dar lucro algum nos primeiros anos depois da compra. Também Ley deve ter comprado o engenho Algodoais a um prazo razoàvelmente longo, e não compreendemos como êle, em 1643, quando o engenho certamente ainda não estava pago, podia hipotecá-lo a seu vendedor por uma quantia uma vez e

33. Informação do Conselho dos XIX da Companhia das Índias Ocidentais de 5 de março de 1663, doc. cit. em nota 26.

meia mais alta do que o preço da compra. Não sabemos se teria consertado e replantado os dois engenhos, o que só teria sido possível a grande custo. Os documentos posteriores a esta compra apenas se referem a Ley como senhor do engenho Algodoais, onde tinha sua residência. Os engenhos Utinga de Cima e de Baixo certamente não chegaram a moer devido à insurreição luso-brasileira, pouco tempo depois.

GASPAR VAN DER LEY COMO ESCABINO E CORONEL DAS TROPAS AUXILIARES

As freguesias do Cabo, Ipojuca e Muribeca pertenciam inicialmente à jurisdição de Olinda, que se estendia cêrca de 13 léguas pelo litoral, do rio Sirinhaém no sul, até os limites da jurisdição de Igaraçu ao norte. Os eleitores de cada jurisdição apresentavam anualmente ao govêrno holandês no Recife uma lista da qual deveriam ser escolhidos os novos escabinos da Câmara, podendo certo número dêles serem reconduzidos. As pessoas apresentadas pelos eleitores eram as mais destacadas da comunidade. Tinham êles, como os vereadores dos senados da câmara do sistema municipal português, o poder judiciário em primeira ínstância, podendo as causas serem apeladas perante o Conselho Político, a princípio, e, mais tarde, perante o Conselho de Justiça; tinham também atribuições políticas na área de sua jurisdição.

Na lista de candidatos para o cargo de escabinos da Câmara de Olinda, apresentada no dia 2 de junho de 1638, figura pela primeira vez o nome de Gaspar van der Ley. Eleito escabino começou exercer a função a partir de 1.º de julho, pelo tempo de um ano; não foi reconduzido no ano seguinte. Em 1641 foi indicado na lista para o mesmo cargo na Câmara da Cidade Maurícia, para onde a Câmara de Olinda tinha sido transferida em 1639, por aí estar estabelecida a sede do govêrno holandês do Brasil. Gaspar van der Ley não foi, porém, escolhido para o cargo.(34)

Devido à grande distância a que ficavam do Recife as freguesias de Santo Antônio do Cabo, Ipojuca e Muribeca, mandaram os moradores das mesmas, em 1642, Gaspar van der Ley e Manuel Fernandes Cruz, senhor do Engenho Tapacurá, em comissão perante o Alto Conselho, a fim de expor os inconvenientes de estarem sujeitos ao tribunal de Maurícia, pedindo que fôsse instituída uma câmara de escabinos em Santo Antônio do Cabo, no que foram atendidos pouco tempo depois. No dia 22 de julho de 1642 Ley foi incluído pelos eleitores das três freguesias na lista da qual seriam escolhidos os primeiros escabinos da câmara do Cabo, sendo êle eleito no dia seguinte pelo Conde e Alto Conselho. Não encontramos docu-

34. **Dagelijkse Notulen** de 2 de junho de 1638, ARA, Oude WIC, maço 68 e de 4 de junho de 1641, ARA, Oude WIC, maço 69.

mentos sôbre a eleição do ano de 1643, mas a *Dagelijkse Notule* de 22 de junho de 1644 diz que Ley e Wedda continuaram como escabinos, do que se conclui que exerceram o cargo também no ano anterior.

Em julho de 1639 promulgou-se um edital no qual todos os habitantes do interior do Brasil holandês foram obrigados a se alistar, cada um no seu distrito. A razão dêste alistamento foi a presença da esquadra hispano-portuguêsa do Conde da Tôrre na Bahia e a respeito os Altos Conselheiros escreveram na *Generale Missive* de 5 de agôsto de 1639: "Para fazer ostentação do nosso poder entre os moradores, registramos todos os habitantes holandeses, franceses, ingleses e alemães...., com seus cavalos e armas. Mas se bem tenhamos criado muitas companhias de infantes e cavalarianos, os nomes registrados não vão além de 400. Procedemos assim porque se fazia necessário mostrar um número respeitável aos portuguêses, deixando-os presumir que havíamos reunido mais gente do que, de fato, havíamos conseguido". Sendo Ley uma das pessoas mais importantes da freguesia do Cabo, com grande experiência militar no Brasil, foi nomeado para o pôsto mais alto, que era o de coronel destas tropas formadas de civis, tanto da infantaria quanto da cavalaria, as quais receberam ordem de estar de sobreaviso e de se apresentarem logo que chamadas. Parece, porém, que isto nunca foi necessário,

porque não conhecemos atividades militares destas companhias de milícias auxiliares.

A INSURREIÇÃO PERNAMBUCANA

Com o regresso do Conde João Maurício de Nassau para a Holanda, em maio de 1644, teve início uma das épocas mais agitadas na história do Brasil holandês, agora sob o govêrno dos Altos Conselheiros Hamel, Bullestrate e Bas. As notícias sempre mais freqüentes sôbre uma conspiração dos habitantes luso-brasileiros tornaram-se realidade quando, no dia 13 de junho de 1645, rebentou a projetada Insurreição Pernambucana.

A documentação sôbre êste episódio é rica, e tanto os holandeses quanto os portuguêses o descreveram amplamente em relatórios e cartas enviadas para seus govêrnos na metrópole. A *Memorável Viagem ao Brasil* de Joan Nieuhof, que neste tempo morava no Recife, nada mais é do que uma descrição, baseada em documentos contemporâneos, dos fatos ocorridos durante esta revolta em Pernambuco, nos anos de 1645 até 1647. Observações valiosas também se encontram no livro *O Valeroso Lucideno* do padre português frei Manuel Calado do Salvador.

Diz êste a certa altura que Gaspar van der Ley, ao ter notícia dos boatos de que tropas da Bahia estavam para chegar e de que, entre outros, Amador de Araújo fôra escolhido pelos conspira-

dores para capitão-mor e Filipe Pais Barreto para capitão das freguesias de Ipojuca, Cabo e Muribeca, deu os parabens a Filipe Pais quando o encontrou na Vila do Cabo, e por escrito a Amador de Araújo. Segundo Manuel Calado já tinham passado quatro meses do ano 1645, e o fato teria então ocorrido em maio. Filipe Pais, com mêdo de ser suspeito de traição e ser punido, foi logo ao Recife para se apresentar ao Alto Conselho, onde contou o que Ley lhe havia dito. Amador de Araújo escreveu uma carta a Ley, na qual se excusava das suspeitas de pactuar com a conspiração, e para provar que não era traidor, contou que, em outra ocasião, por sua casa havia passado o capitão João Lopes Barbalho com 300 soldados armados, mas que apesar disto se mantivera leal e não tinha tomado armas, embora pudesse fazê-lo. Continua então Calado: "Tanto que o capitão-de-cavalos (Ley) leu a carta de Amador de Araújo, e chegou ao ponto aonde falava no capitão João Lopes Barbalho, e em trezentos homens, e em tropas de soldados pela campanha, não passou mais por diante, senão meteu a carta em um escritório e mandou aviso aos do Supremo Conselho em como Amador de Araújo era traidor". Para prendê-lo mandaram os Altos Conselheiros um oficial de justiça, mas Araújo já se tinha recolhido em lugar secreto. (35)

35. Frei Manuel Calado do Salvador, l.c., vol. I, pág. 361 e segs.

Não é improvável que Calado, em sua aversão aos holandeses em geral, claramente evidente em seu livro, em particular àqueles que, como Ley, estavam casados com portuguêsas, tenha torcido alguns fatos dêste mês de maio. Por outro lado, autor inteligente e bem informado que êle é, não trataria tão amplamente dêste caso se não houvesse alguma base para suas afirmações.

Uma das grandes preocupações dos senhores de engenho holandeses, em especial quando casados com portuguêsas, era o que acontecia com êles caso os holandeses algum dia fôssem expulsos do Brasil. Já em 1643, Charles de Tourlon, o moço, capitão do exército regular, senhor do engenho da Casa Forte, e casado com D. Ana Pais, perguntava em público aos portuguêses se êle e sua mulher neste caso poderiam ficar no Brasil, fato que fêz com que êle fôsse expulso do Brasil pelo próprio Alto Conselho e mandado, sem a mulher, de volta para a pátria.(36)

Também Gaspar van der Ley, achando-se na mesma situação incerta, deve ter falado muito a respeito com seus amigos e parentes portuguêses. Contribui para esta suposição uma informação de Jacob Dassenie, senhor do engenho Supupema, datada de 14 de junho de 1645, na qual êste fêz supor que já então sabia da futura traição de Ley, porque certa pessoa lhe tinha dito que "Ca-

36. ARA, Cartório dos Estados Gerais, maço 5773.

marão ou seu povo que vem, não tem a intenção de arrasar a terra, mas a todos os holandeses que desejassem ficar no país daria passaporte, e que quarenta ou mais ficariam, e referiu-se a Alberto Gerardo [Wedda]), Johan Hick, o capitão-de-cavalos [Ley] e outras pessoas importantes". Entende-se destas palavras que Ley, já antes do início da Insurreição Pernambucana, teve entendimentos com os luso-brasileiros e expressou sua vontade de ficar no Brasil, pelo que não é improvável que se tenha congratulado com Filipe Pais, dono do engenho Garapu, no Cabo, e com Amador de Araújo, como informa frei Calado.

A informação de Dassenie pareceu tão absurda aos Altos Conselheiros que um dêles, Bullestrate, "que era compadre de Ley", lhe mostrou a carta para que visse o que diziam dêle.[37] Caso Ley se tivesse congratulado com Filipe Pais e Amador de Araújo, era evidente que êle se colocava ao lado dos insurrectos, e tivesse o Alto Conselho tido notícia disto, por intermédio de Filipe Pais, não teria manifestado nêle confiança a ponto de, em agôsto, o nomear para o pôsto mais alto do exército regular, no lugar do tenente-coronel Hendrick van Haus, aprisionado pelos insurrectos na batalha da Casa Forte, em 17 de agôsto de 1645. A atitude suspeita de Gaspar van der Ley, evidente nas palavras de Calado e Dassenie, não era conhecida dos

37. Matheus van den Broeck, art. cit. em nota 17, pág. 47.

Altos Conselheiros, que o consideravam uma das pessoas mais leais para a causa holandesa, da freguesia do Cabo.

Quanto à acusação de traição feita por Ley a Amador de Araújo, frei Calado não referiu a verdade dos fatos. Os Altos Conselheiros tiveram notícia dos planos insurrecionais de alguns moradores da Várzea, primeiramente por uma carta do comandante Hooghstraten, datada de 20 de maio. Nesta se refere, entre outras cousas, à visita de Filipe Pais Barreto a Gaspar van der Ley e aos assuntos então tratados. Para obter informes mais detalhados sôbre a situação na freguesia do Cabo, dirigiram-se diretamente a Gaspar, cuja resposta, por escrito foi a seguinte:

"Excelentíssimos, Digníssimos, Sábios, Prudentes e mui Discretos Senhores.
Meus Senhores,

Recebi a carta de V. Excias. datada de 23 de maio, na qual vi o desejo de V. Excias. de saber quais as notícias que correm aqui sôbre tropas inimigas. Como Filipe Pais Barreto, há alguns dias, chegou de Una e me pediu para alertar as guarnições próximas a terem cautela, o que fiz, informou-me que uma tropa armada tinha estado em Una onde se abasteceu e exigiu víveres para muitas pessoas. Filipe Pais disse que êle pessoalmente não a viu, mas que ouviu esta notícia de outros portuguêses, e me pediu para mantê-la em

segredo, porque êle mesmo queria ir ao Recife para informar isto a V. Excias.

Quanto ao boato que acusa algumas pessoas, sôbre o que o alferes escreveu a V. Excias., posso informar o seguinte. Corre entre o povo português o boato que João Pais Cabral e Antônio de Crasto tinham recebido cartas da Bahia, ao que se diz enviadas por intermédio de João Fernandes Vieira, nas quais se anunciava ou escrevia que êles seriam nomeados capitães e Amador de Araújo provedor-mor. Sôbre êsse boato o dito Araújo me escreveu uma carta, dizendo que esta acusação era falsa e contrária à verdade, e queixou-se dos habitantes que espalharam tais cousas sôbre sua pessoa, não sabendo o que fazer nesta situação. Pediu, pois, meu conselho e uma carta de recomendação para V. Excias., como também o fizeram os outros acima mencionados, mas isto recusei cortezmente e lhes aconselhei a irem pessoalmente ao Recife para pedir desculpa a V. Excias.

Além disto corre entre os portuguêses o boato que a tal tropa, vista em Una, veio para buscar João Fernandes Vieira, pois que êste enviou tôdas suas jóias e valôres com André Vidal para a Bahia. Pensa-se que esta tropa se encontra nas matas próximas da casa de Gregório de Barros, ou em Masereppa, de modo que convém mandar lá um bom e competente oficial que tenha conhecimento seguro dêste lugar, como é o caso do capitão Hooghstraten, que conhece a língua e sabe lidar

com o pessoal e fàcilmente poderia informar-se e descobrir alguma coisa, metendo-lhes mêdo por punições ou tratamento severo. Mas V. Excias. saberão melhor o que ordenar ao tenente-mor. Êstes são os boatos que correm aqui, mas a verdade não tardará a se manifestar. Gaspar van der Ley. Escrita em *AlagoadeWaes* [sic], em 24 de maio de 1645". (38)

Mostra esta carta que, pelo menos antes desta data, Ley não tinha dado nenhuma notícia sôbre tropas em sua freguesia, nem sôbre Amador de Araújo, pois no caso contrário os Altos Conselheiros não teriam pedido estas informações. Ao que parece Ley escrevia-lhes pela primeira vez após a recepção da carta de Araújo, à qual também se refere Calado, mas não faz nenhuma acusação a êle, nem menciona o conteúdo da carta, a não ser que Araújo pediu uma apresentação e recomendação. A informação sôbre a tropa vista em Una, êle recebeu verbalmente de Filipe Pais e não de Amador de Araújo, que, já há muito tempo suspeito de ser um dos mais ativos participantes dos conciliábulos que levaram à Insurreição Pernambucana, foi chamado ao Recife, não sob acusação de traição mas sob o pretexto de não ter pago certa dívida ao judeu Duarte Saraiva. A intenção do Alto Conselho não era prendê-lo, porque não havia provas de sua traição, mas queria sua permanência no Re-

38. ARA, Oude WIC, maço 60.

cife para impedir que tomasse parte na revolta dos luso-brasileiros e para vigiar mais fàcilmente suas atividades subversivas. O motivo de os portuguêses mencionados na carta transcrita se dirigirem a Ley, e não a outro holandês eminente do Cabo, talvez não tenha sido apenas pelo fato de êle ser uma das pessoas mais destacadas da freguesia e, portanto, credenciado a escrever a desejada apresentação, mas pode indicar entendimentos anteriores entre Gaspar van der Ley e os luso-brasileiros, que por isto esperavam colaboração de sua parte. A insatisfação causada pela atitude de Ley, que não lhes atendeu o pedido, pode ter dado origem ao boato que nos relata frei Calado.

Não obstante a informação de Jacob Dassenie e outras notícias que eventualmente tenham chegado aos ouvidos dos Altos Conselheiros, sôbre a pessoa de Gaspar van der Ley, êles o nomearam em junho de 1645, coronel da tropa auxiliar, formada pelos moradores de Sirinhaém, Ipojuca, Cabo e Muribeca, que foram convocados às armas para ajudar a defender o sul da capitania de Pernambuco contra os insurrectos. Johan Hick, outra pessoa acusada por Dassenie, ocupou o pôsto de tenente-coronel.(39)

A atitude de Ley, pela evidência da documentação que chegou até nós, a partir de sua nomea-

39. **Dagelijkse Notule** de 16 de junho de 1645, ARA, Oude WIC. maço 70.

ção, pode ser considerada exemplar, e não justifica suspeitas sôbre entendimentos com os insurgentes depois daquela data. Suas cartas escritas ao Alto Conselho com propostas para melhorar a defesa do Estado, e tôdas suas atividades, fazem acreditar que sua preocupação era realmente a vitória dos holandeses sôbre os luso-brasileiros, e foram assim interpretadas pelo Alto Conselho. Sabemos, no entanto, que Gaspar van der Ley era um dos grandes devedores da Companhia das Índias Ocidentais, à qual devia a soma considerável de 133.468 florins, como consta da Lista de devedores desta Companhia feita no fim do ano de 1645. O autor anônimo da *Bolsa do Brasil* calculou a dívida de Ley à Companhia e a particulares, em 130.785 florins, que devia pagar em 4 prestações, vencendo-se a primeira no dia 1 de agôsto de 1645. Não tinha êle, porém, condições de pagar, como diz o mesmo autor, porque "o contratante [Ley] é insolvável; ainda deve o que possui. Os seus fiadores são uns pobres homens que nada têm; um dêles é um padre chamado Belchior Garrido, que apenas possui dois ou três negros e não ganha senão o que lhe produz a sua missa diária".(40) A vitória dos holandeses significaria indubitàvelmente a falência de Gaspar van der Ley, a não ser que conseguisse melhores condições para liqui-

40. "A Bolsa do Brasil", 1647, **Revista do Instituto Arqueológico Pernambucano**, vol. 28, Recife, 1883, pág. 129.

dação de suas dívidas, o que não parecia fácil dadas as dificuldades da agro-indústria açucareira e a queda do preço do açúcar.

A Insurreição Pernambucana apenas tinha começado e ninguém podia prever a quem caberia a vitória; se esta dependesse exclusivamente de poderio econômico e do prestígio militar, tudo indicava que o Brasil e Portugal não levariam a melhor. Os luso-brasileiros estavam para receber tropas da Bahia, enquanto os holandeses, em número relativamente pequeno, esperavam ansiosamente auxílio da Holanda. A hora de Gaspar van der Ley tomar partido ainda não tinha chegado, e isto explica talvez sua atitude indecisa, de um lado obedecendo às ordens do Alto Conselho e aconselhando-o, o que poderia ser alegado em seu benefício caso os holandeses saissem vitoriosos e assim obter uma prorrogação de prazos para suas dívidas para com a Companhia; e de outro lado com suas tentativas para captar a simpatia dos luso-brasileiros, para obter vantagens caso fôssem os vencedores, pois nunca os atacou com suas tropas auxiliares que tinha sob seu comando, nem tentou evitar que reunissem suas tropas no sul de Pernambuco.

Dos documentos consta que Ley se fortificou com suas tropas na vila do Cabo, de onde comunicou, no dia 8 de julho, ao Alto Conselho, o movimento dos insurgentes no seu distrito, e justificou sua inatividade dizendo que não dispunha de fôrça suficiente para os enfrentar. Também havia falta

de mecha e de armas para os que se haviam colocado sob seu comando. Uma semana depois queixou-se, também por escrito, que não recebera qualquer resposta do Alto Conselho, nem tivera notícia de providências que êste tivesse tomado. E afirmava que não poderia manter-se ali por muito tempo caso não lhe mandassem o que estava pedindo.(41)

Segundo uma carta de Hooghstraten, comandante da fortaleza de Nossa Senhora de Nazaré ou Van der Dussen, Ley comandava cêrca de 63 pessoas, além dos indígenas que o mesmo menciona em uma segunda carta; com umas e com os outros, embora mal armados, não teria sido impossível investir de algum modo contra os moradores insubmissos de sua freguesia, cujo número não seria muito superior ao dos holandeses sob Ley, parte dos quais estava armada apenas de facões, foices e armas improvisadas. Logo que receberam notícia sôbre a situação no Cabo, os Altos Conselheiros a comunicaram ao tenente-coronel Haus e ordenaram-lhe que fôsse até lá pessoalmente, a fim de dominar os luso-brasileiros, pois julgavam que "da conservação dêste lugar dependia não apenas o Cabo de Santo Agostinho, mas todo o distrito do sul". Com a chegada de Haus à vila do Cabo, retiraram-se os insubmissos para as matas, o que mostra que a fôrça dêstes não era tão gran-

41. Vejam-se as cartas publicadas nos apensos.

de como Gaspar van der Ley fêz supor em suas cartas.(42) Esta atitude permite admitir que êle, pelos motivos já mencionados, queria a qualquer custo evitar hostilidades com seus amigos luso-brasileiros, compatriotas de sua mulher, atitude esta que lhe poderia trazer vantagens no futuro, caso os holandeses fôssem vencidos.

No dia 24 de julho, Ley mandou seu tenente-coronel Hick aos Altos Conselheiros no Recife com várias sugestões para melhorar a defesa do sul da capitania. Depois de ter deliberado sôbre as propostas de Ley, resolveram êstes, entre outras cousas, que dali por diante Ley e Hick podiam alistar outros voluntários, moradores da terra, pelo tempo de quatro meses, com um sôldo de 9 florins por mês, pagando-lhes o primeiro mês adiantado.(43)

Enquanto isto ocorria, foram mandados à Bahia, no dia 9 de julho, o Conselheiro de Justiça Balthasar van de Voorde, e, como seu adjunto, Dirk van Hooghstraten, que para êste fim deixou seu pôsto de comandante da fortaleza de Nossa Senhora de Nazaré, no Cabo. Deviam êles investigar as intenções de Antônio Teles da Silva, governador da Bahia, e exigir a retirada das tropas de Antônio Filipe Camarão e Henrique Dias do terri-

42. **Dagelijkse Notulen** de 15 e 19 de julho de 1645, ARA, Oude WIC, maço 70.

43. **Dagelijkse Notule** de 24 de julho de 1645, ARA, Oude WIC, maço 70.

tório holandês. De volta ao Recife com a resposta do governador, mandaram os Altos Conselheiros Van de Voorde para a Holanda a fim de explicar pessoalmente a situação precária no Recife ao Conselho dos XIX da Companhia das Índias Ocidentais, e Hooghstraten assumiu o comando da fortaleza, depois de ter sido promovido a sargento-mor.(44)

No relatório de sua viagem que êste último fêz ao Alto Conselho, contou como na Bahia tentaram subornà-lo com promessas de um hábito de Cristo e duas ou três comendas e de tudo que desejasse, caso passasse a servir ao Rei de Portugal. Compreende-se porque promessas tão excessivas foram feitas pelo governador da Bahia: a fortaleza de que Hooghstraten era o comandante servia para proteger o pôrto do Cabo de Santo Agostinho, e constituía um grande obstáculo para o desembarque de tropas da Bahia em território holandês.

Não sabemos qual teria sido a resposta verdadeira de Hooghstraten. Êle próprio declarou, naturalmente, que tinha recusado tôdas as propostas, mas os acontecimentos posteriores fazem acreditar que realmente houve, na Bahia, entendimentos entre Hooghstraten e os luso-brasileiros. Segundo frei Manuel Calado, teria êle prometido

44. **Dagelijkse Notule** de 2 de agôsto de 1645, ARA, Oude WIC, maço 70.

entregar a fortaleza de Nossa Senhora de Nazaré e servir aos portuguêses porque era católico e filho de pais católicos. Não podemos acreditar nesta informação, porque há vários documentos que provam que Hooghstraten era membro da Igreja Reformada.(45)

Logo após a partida de Van de Voorde e Hooghstraten da Bahia, foram ali preparados doze navios com tropas de socorro para os luso-brasileiros de Pernambuco, as quais desembarcaram no dia 28 de julho na baía de Tamandaré. Sob o comando de Martim Soares Moreno e André Vidal de Negreiros, seguiram unidas para o norte e chegaram, no dia 13 de agôsto, à vila do Cabo, que a esta altura já estava abandonada, porque o Alto Conselho, avisado da chegada das tropas da Bahia, ordenara a Gaspar van der Ley que se recolhesse à fortaleza de Nossa Senhora de Nazaré, o que êste fêz em 11 ou 12 de agôsto. No dia seguinte, Hooghstraten comunicou ao Alto Conselho que, com os voluntários vindos da vila do Cabo, a fortaleza passava a contar com 280 pessoas, a saber

45. Nas Atas da Assembléia Geral da Igreja Reformada, reunida no Recife em janeiro de 1646, que se encontram na Coleção José Higino, do Instituto Arqueológico do Recife, lê-se no artigo 39: "Dirck van Hoogstraten, ex-ancião do Pontal e membro da nossa Assembléia Geral... renegou sua religião e serviu e adorou estátuas e ídolos, no que persiste até hoje. Perguntam se seu nome não devia ser riscado do livro e das atas da Classe, e êle depois excomungado e pùblicamente declarado apóstata, segundo a ordem eclesiástica". Assim foi decidido.

217 soldados do exército regular, e 63 voluntários, que compunham a tropa comandada por Ley. Segundo Manuel Calado, estavam na fortaleza, no dia de sua rendição, 275 soldados, "mais alguns flamengos moradores da terra, que na dita fortaleza se haviam recolhido". Mais adiante o autor calcula o número em cêrca de 340.(46)

A ENTREGA DA FORTALEZA DE NOSSA SENHORA DE NAZARÉ

Embora o número de soldados na fortaleza de Nossa Senhora de Nazaré fôsse pequeno, em relação à fôrça dos luso-brasileiros, preferiram êstes apoderar-se dela pacìficamente, a exemplo como tinham feito, no dia 6 de agôsto, com a guarnição holandesa de Sirinhaém. Para êste fim mandou André Vidal de Negreiros comissários a Hooghstraten e Ley com duas cartas, ambas datadas de 13 de agôsto. A primeira parece que servia de pretexto para a presença dos comissários na fortaleza porque contém apenas queixas sôbre crimes cometidos pelos holandeses; na segunda André

46. Matheus van den Broeck, art. cit., pág. 15; Frei Manuel Calado, l.c., vol. II, págs. 108 e 127. **Dagelijkse Notule** de 13 de agôsto de 1645, ARA, Oude WIC, maço 70. Para uma descrição mais minuciosa dêste período da Insurreição Pernambucana, veja-se José Antônio Gonsalves de Mello, **João Fernandes Vieira**, 2 vls., Recife, 1956, vol. I, cap. IV; mapa da Insurreição Pernambucana, de 13 de junho a 17 de agôsto de 1645, vol. II, pág. 408.

Vidal exigia a entrega da fortaleza, segundo as promessas feitas na Bahia por Hooghstraten e por Gaspar van der Ley a seu cunhado João Gomes de Melo, e a João Fernandes Vieira.(47)

Os entendimentos que admitimos tenham havido entre Ley e seu cunhado e Vieira, sôbre sua permanência no Brasil após uma eventual restauração do domínio português, devem datar ainda de antes de sua nomeação para coronel das tropas auxiliares. João Gomes de Melo, capitão do exército regular luso-brasileiro, só agora tinha chegado a Pernambuco com as tropas da Bahia, enquanto João Fernandes Vieira desde o início da Insurreição se encontrava com sua tropa na zona da Mata, passando de Camaragibe para São Lourenço e para as Tabocas, onde venceu o tenente-coronel Hendrik van Haus no dia 3 de agôsto. Parece-nos pouco provável que tenha tido contato com Ley neste período, em que êste estava na vila do Cabo. As promessas de Ley devem então ter sido as de colaborar com os luso-brasileiros, mas dificilmente podem ter sido de ordem militar, porque a esta altura era apenas senhor de engenho e não ocupava nenhum pôsto no exército regular, enquanto as tropas de civis ainda estavam por criar.

Na fortaleza estavam presentes ainda outros oficiais holandeses, alguns dos quais até o último

47. Veja-se as cartas publicadas nos apensos.

momento mostravam-se contrários à entrega, e êste fato talvez explique porque a resposta por escrito de Hooghstraten e Ley a André Vidal foi negativa, não se sabendo os pormenores, dos entendimentos que houve com os comissários, um dos quais era o citado João Gomes de Melo. Ambas as cartas de André Vidal foram, juntamente com uma cópia da resposta, mandadas ao Alto Conselho no Recife, onde, ao que parece, esta atitude foi considerada como sinal de fidelidade, porque Hooghstraten foi confirmado no seu pôsto de comandante da fortaleza, enquanto que a Ley e Hick foi prometido que seriam promovidos logo que fôsse possível.(48)

A Vidal e a Moreno veio se reunir João Fernandes Vieira, na vila do Cabo, no dia 16; resolveram então dividir suas fôrças. André Vidal e Vieira seguiram com parte da tropa para o norte, enquanto a outra parte, comandada por Martim Soares Moreno, começou o cêrco do cabo de Santo Agostinho, depois da segunda recusa da guarnição da fortaleza de Nossa Senhora de Nazaré de se entregar.

A comunicação com a fortaleza foi agora cortada por terra e por mar. O navio do capitão Maarten Thijsen, mandado ao Cabo com água e outros socorros, voltou no dia 16 ao Recife, porque três caravelas inimigas cruzavam diante do pôrto do

48. **Dagelijkse Notule** de 14 de agôsto de 1645, ARA, Oude WIC, maço 70.

Cabo, impedindo a entrada.[49] Poucos dias depois recebeu a guarnição a notícia da derrota e prisão do tenente-coronel Haus e de todos os seus comandados, por João Fernandes Vieira, no dia 17 de agôsto, através de uma carta de Vidal e Moreno dirigida a Hooghstraten e Ley.[50] Esta carta, que antes de tudo visava a desanimar os holandeses e convencê-los de que seu domínio no Brasil estava no fim, teve o desejado efeito. Logo após, no dia 22, fizeram êles uma tentativa de evacuar as mulheres que se encontravam na fortaleza, no navio do escolteto Alard Holl, no qual se expediam cartas para o Alto Conselho no Recife. Nunca chegou êle ao seu destino por que logo ao sair foi capturado pelos luso-brasileiros que agora passaram a exigir com vigor a rendição da guarnição.

Era êste o momento oportuno para Hooghstraten e Ley cumprirem suas promessas de colaborar com os luso-brasileiros e de lhes entregar a fortaleza sem perdas de vida; mas, embora comandante, não podia Hooghstraten tomar a decisão sem o consentimento dos seus oficiais. Talvez tenha sido sob influência dêstes que Hooghstraten e Ley responderam que queriam as mulheres de volta, no que logo foram atendidos. Agradeceram a restituição das mulheres e o bom tratamento que

49. **Dagelijkse Notule** de 16 de agôsto de 1645, ARA, Oude WIC, maço 70.

50. Veja-se as cartas publicadas nos apensos.

lhes fôra dado, mas se recusaram ainda a entregar-se.(51)

A paciência dos sitiantes chegara ao fim, e no ultimato que mandaram deixaram à guarnição a escolha entre a entrega ou a morte. Após a prisão de Haus e dos outros oficiais holandeses, que formavam a elite do exército regular, não podia a guarnição esperar auxílio do Recife, e como a fôrça dos insurgentes era em número que nunca permitia àquela resistir por muito tempo, escolheram os sitiados a Gaspar van der Ley para deliberar sôbre as condições da entrega. Foram estas, entre outras, que todos poderiam viver livremente em sua religião, e que poderiam possuir e ocupar livre e desembaraçadamente suas casas, engenhos e terras e cultivá-las; prometeram também pagar aos rendidos o sôldo em atrazo que ainda não lhes fôra pago pela Companhia das Índias Ocidentais. Consideradas favoráveis as condições, optou a maioria dos oficiais da fortaleza pela entrega; apenas três opuseram-se à decisão e preferiram lutar até o fim.(52)

Favorável à entrega era antes de todos o próprio Hooghstraten, a quem os luso-brasileiros prometeram um hábito da Ordem de Cristo e o pôsto de Mestre de Campo além de soma considerável em dinheiro. O fato de êle ser lavrador de um par-

51. Matheus van den Broeck, art. cit., pág. 29.
52. art. cit. págs. 31 e segs.

tido de trinta tarefas no Engenho Nôvo, de Gaspar Dias Ferreira, além de possuir um partido no engenho Algodoais, de Gaspar van der Ley, deve ter contribuído para sua decisão. A Gaspar van der Ley, como já foi dito, foi prometido um hábito de Cristo para um filho seu, embora o mais velho, João Maurício, neste tempo contasse apenas quatro anos de idade, segundo a informação de Borges da Fonseca. Mais importante para êle era, porém, que dêste modo se livrava das grandes dívidas para com a Companhia e com particulares, feitas com a aquisição de seus engenhos e escravos, que continuaria possuindo livre e desembaraçadamente após a expulsão dos holandeses que lhes devia parecer próxima. Também Johan Hick, como Ley casado com uma portuguêsa, achava-se numa situação difícil, pois que sua mulher e seus filhos tinham sido presos pelos insurrectos; era êle, em sociedade com o holandês Jacob Goes, dono do engenho Santo André, na freguesia de Muribeca. Interêsses ligados ao casamento com mulheres da terra ou outros de natureza econômica tinham os demais oficiais menores, de modo que no dia 3 de setembro a fortaleza de Nossa Senhora de Nazaré foi entregue, passando tôda a guarnição para o serviço dos insurrectos formando um têrço sob o comando de Hooghstraten.

Responsável pela fortaleza era, em primeiro lugar, seu comandante, Dirk van Hooghstraten, cuja tropa fazia parte do exército regular. Por sua atitude foi êle, com razão, considerado pelos

holandeses responsável pela traição. Já o caso de Gaspar van der Ley, também apontado pelos holandeses como traidor, era diferente, porque era apenas coronel de uma tropa auxiliar de civis, e como êle próprio teria dito, "não lhe fôra confiada fortaleza alguma, e não tinha, pois, fortaleza a entregar". (53) O Alto Conselho, no entanto, o tinha nomeado, no dia 27 de agôsto, para substituir o tenente-coronel Haus que era o chefe militar de tôdas as fôrças holandesas no Brasil e resolvera chamá-lo do Cabo para o Recife, a fim de assumir aí o pôsto, o mais alto do exército regular. (54) Neste caso Ley seria o militar de mais alta categoria presente na fortaleza no dia da entrega, e, pois, o principal responsável pela decisão.

Tudo leva, porém, a crer que Ley não teve conhecimento de sua nomeação para a chefia suprema do exército holandês, por causa do assédio da fortaleza onde se recolhera, e sabemos com certeza que não foi ao Recife assumir o cargo. Todos os documentos holandeses são unânimes em afirmar que Hooghstraten era o responsável pela fortaleza, e não Gaspar van der Ley, a quem se referem apenas como coronel das tropas auxiliares, e não como comandante das tropas holandesas regulares. Como chefe das milícias civis Ley pode realmente ser considerado traidor, ou cola-

53. art. cit. pág. 32.

54. **Dagelijke Notule** de 27 de agôsto de 1645, ARA, Oude WIC, maço 70.

borador do ponto de vista dos luso-brasileiros; mas não da mesma forma que Hooghstraten, que passou a servir ativamente no exército contrário o que não aconteceu com Ley.

A partir de setembro de 1645 cessam quase por completo as informações sôbre Gaspar van der Ley. O Alto Conselho constou a notícia de sua morte, pela primeira vez, em dezembro de 1645, por um índio, segundo o qual os luso-brasileiros o teriam morto na ocasião do massacre dos holandeses, causado pela deserção do capitão Claes Claeszoon, da guarnição da fortaleza de Nazaré, que se aproveitou de uma emboscada para se passar com seus comandados de volta aos seus compatriotas. Em janeiro do ano seguinte constou a mesma notícia através de um negro, chamado Francisco, que informou que Ley fôra esquartejado. Como já dissemos, não acreditaram os Altos Conselheiros nestas notícias sem confirmação.

Depois de ter passado pouco tempo no engenho Algodoais, Ley foi, juntamente com outros holandeses, mandado para a Bahia, onde chegou no dia 11 de dezembro. Das palavras de Matheus van den Broeck, que teve regularmente contato com Ley, pode-se concluir que êste não merecia ali a plena confiança do governador da Bahia, Antônio Teles da Silva, que durante algum tempo estêve aborrecido com Ley, por motivos que desconhecemos. De Hooghstraten e Hick sabemos que serviram no exército luso-brasileiro em pôstos de im-

portância, mas nada consta a respeito de Gaspar van der Ley, quer com relação a atividades militares, quer sôbre sua vida particular. Excluído pelo Alto Conselho holandês do Recife do perdão geral por êste oferecido aos insurrectos, em setembro de 1646, não teve outra escolha senão permanecer na Bahia e esperar pacientemente o fim da luta, oito anos depois. Sua vida na Bahia deve ter sido a de muitos outros holandeses nesta cidade, a de modesto burguês, mantido à custa do govêrno português em recompensa dos serviços prestados à Insurreição Pernambucana.

Depois da Restauração pernambucana, em 1654, assinalamos a presença de Vanderleys, quase sempre em serviço militar, no sul da capitania de Pernambuco, em especial na freguesia do Cabo. É de supor que Gaspar van der Ley, segundo as promessas que lhe foram feitas em 1645, tenha voltado a seu engenho Algodoais, onde deve ter passado na obscuridade, a julgar pelo silêncio dos documentos, os anos que ainda restavam de sua vida.

APENSO I

CARTA DE GASPAR VAN DER LEY E JOHAN HICK AOS ALTOS CONSELHEIROS, DATADA DA VILA DO CABO EM 8 DE JULHO DE 1645.(55)

"Excelentíssimos, Digníssimos, Sábios e mui Prudentes Senhores,

Depois de oferecer as devidas homenagens a Vossas Excias., comunicamo-lhes o seguinte. Diàriamente podemos observar que todos os moradores desta região se vão rebelando contra o nosso Estado, sendo seu coronel Pedro Marinho. Êles mandam buscar os jovens em suas casas, e quem não passa para êles voluntàriamente obrigam-nos a fazê-lo à fôrça, de modo que todos os jovens de mais de 14 anos de idade já se reuniram a êles. O inimigo tem seu quartel aqui atrás, no Engenho Nôvo, perto da casa do caldeireiro, onde os seus ficam à vontade, cozinham e fumam diante de nossos olhos, sem que possamos impedir-lhes isto, pois não dispomos de gente bastante. Por isto pedimos humildemente a Vossas Excias. queiram a tempo tomar providências, porque êles tentam

55. ARA. Oude WIC. maco 60

bloquear todos os caminhos e cortar o nosso abastecimento. Amador de Araújo apoderou-se novamente da freguesia de Ipojuca e tomou o lugar, ou passo chamado Penderama, onde lutamos com êle em outra oportunidade, de modo que não se pode mandar cartas ao tenente [Flemming] em Ipojuca, como Vossas Excias. podem ver na que vai inclusa, por nós mandada ao tenente, e que Amador de Araújo nos mandou de volta, ainda fechada, do que Vossas Excias. podem concluir que, se isto continuar assim, o tenente será obrigado a entregar-lhes o convento. O inimigo torna-se aqui todo dia mais forte e está nos cercando. Pedimos, pois, a Vossas Excias. queiram a tempo tomar providências e mandar-nos tropas para não ficarmos sitiados, e pôr tanta gente no campo quanto fôr possível e chamar o resto dos brasilianos. Ao nosso ver deve-se abandonar Pôrto Calvo, para dêste modo reunir mais gente, porque êste lugar poderemos em qualquer ocasião recuperá-lo. Sendo senhores do campo poderemos obter mantimentos para tôdas as tropas e, ao nosso ver, é melhor nós mesmos comermos o gado, do que deixá-lo para o inimigo. Na noite passada mandamos uma tropa com uma parte dos brasilianos para o Engenho Nôvo, para saber o que lá se estava fazendo, mas já se tinham retirado para a casa do caldeireiro, num morro; diante dêles está um pântano, onde se estabeleceram em emboscada. Êles contam com mais de trezentos homens e tornam-se diàriamen-

te mais fortes, de modo que nós não temos gente para expulsá-los dali, o que nos pesa muito, porque gostaríamos de prestar bons serviços a Vossas Excias. mas sem tropas nada podemos fazer.

Recebemos agora notícia que o inimigo se encontra no engenho do senhor Paulus Vermeulen e que o capitão Antônio de Crasto aí matou os porcos e levou açúcares da casa de purgar. Pedimos, pois, a Vossas Excias. mandar-nos logo resposta e enviar-nos mecha holandesa de boa qualidade, da qual estamos tão necessitados quanto de comida. Referimos isto a Vossas Excias. e esperamos ser atendidos com brevidade. Vossas Excias. queiram mandar também algumas armas para os civis, porque aqui há muitas pessoas sem elas. O dito Amador de Araújo enforcou em Ipojuca um homem que se recusou a tomar as armas, numa fôrca que aí levantou. Santo Antônio do Cabo em 8 de julho de 1645".

APENSO II

CARTA DE GASPAR VAN DER LEY E JOHAN HICK AOS ALTOS CONSELHEIROS, DATADA DA VILA DO CABO EM 14 DE JULHO DE 1645.[56]

"Excelentíssimos, Digníssimos, Sábios e mui Prudentes Senhores.

Em cartas que mandamos a V. Excias. pelo secretário Van Beveren e, depois, ainda, por dois indígenas, avisamos a V. Excias, a triste situação tanto dêste lugar quanto do Pontal. Infelizmente não recebemos até hoje resposta alguma, e menos ainda auxílio. Por isso queremos avisar a V. Excias., outra vez, que ontem o inimigo partiu com 700 homens do Engenho Nôvo, e, segundo nos foi dito, caminhou para Igaraçu, onde mataram um sargento nosso e mais seis pessoas e um alferes dos indígenas que mandamos para ajudar os nossos que foram buscar gado, e teriam morto também os outros se não fôssem avisados por Filipe Pais. Os cadáveres foram hoje enterrados pelo secretário Pedro Ribeiro Nunes. Dali voltou o inimigo hoje com a maior parte de sua fôrça para o En-

56. ibidem.

genho Nôvo, deixando apenas ocupado Igaraçu, e não só estêve em nosso território, como acima dito, mas mandou-nos também a missiva que vai em anexo, por intermédio do jovem Willem van Dalen, do Engenho Velho, o qual foi aprisionado. Nela V. Excias. podem ver com o que êles nos ameaçam. Começam sitiar-nos por todos os lados e a cortar-nos tôdas as vias de abastecimento, de modo que não mais podemos sair, pois contamos com poucos brancos e os indígenas não resistem. V. Excias. sabem, pois, que nós aqui, com a tropa que temos, nada podemos fazer e por isto esta freguesia, como também o Pontal, corre grande perigo de cair na mão do inimigo, se V. Excias. não nos abastecerem dentro de poucos dias, em especial de mecha, da qual temos no máximo o bastante para dois dias. Também o Pontal está mal abastecido, em especial de víveres, e por isso mandamos ontem para lá dois bois. Recomendamos outra vez a V. Excias. que não nos deixem nesta situação, mas nos dêem o mais cêdo possível a assistência que esperamos. Excelentíssimos, Dignísimos, Sábios e mui Prudentes Senhores, que Deus guarde e proteja sempre a V. Excias. Seus servos submissos, Gaspar van der Ley e Johan Hick, 14 de julho de 1645, Santo Antônio do Cabo.

PS. À tarde, às 12 horas. Também não temos mais sal, e mesmo que V. Excias. nos mandem algum ao Pontal, não o poderemos receber pelos motivos acima ditos, a não ser que V. Excias. nos

mandem mais gente. Queremos saber também se V. Excias. concordam que chamemos para cá o tenente de Ipojuca, porque Amador de Araújo e os habitantes da Muribeca se uniram para nos afligir."

APENSO III

CARTA DE ANDRÉ VIDAL DE NEGREIROS A DIEDERICK VAN HOOGHSTRATEN E GASPAR VAN DER LEY, DATADA DA VILA DO CABO EM 13 DE AGÔSTO DE 1645.[57]

"Sou chegado esta manhã a esta povoação de Santo Antônio do Cabo mui desejoso de ouvir novas de Vossa Mercê e do capitão Vanderley a quem beijo a mão muitas vêzes. Faço saber a Vossas Mercês em como somos enviados a êste país pelo Senhor Governador Antônio Teles da Silva, só a quietar as alterações dos moradores desta província, a petitório dos senhores do Supremo Conselho, de que Vossa Mercê é testemunha, e depois de chegado a Tamandaré achamos tão diferentes informações das que esperávamos, como foi matarem-nos no Rio Grande 37 moradores pelos senhores flamengos e desonrando donzelas, despedaçando a imagem da Virgem Senhora Nossa, um tão grande crime e outras extorsões incríveis de tão honrada nação. E ao fazer desta tive notícia que em Goiana haviam aquêles senhores

57. Ibidem. Também **Revista do Instituto Arqueológico Pernambucano**, n.º 35, Recife, 1887, págs. 43-44.

mandado pelos tapuias matar muita gente, suposto que o não tenho por certo, porque então fôra necessário fazer grande demonstração em acudir pelos pobres moradores, que inda que êles foram da mais vil nação do mundo era obrigação amparál-los, pois se querem valer de nós, quanto mais a uns homens cristãos e vassalos de Sua Majestade que Deus guarde. E quando os senhores do Supremo Conselho nos aguardavam para esta paz, metendo por medianeiro ao Senhor Governador, os foram buscar no mato onde estavam retirados do rigor com que os despedaçavam, com que nos dão grande motivo de lhe requerermos a Vossas Mercês de parte de Deus e de Sua Majestade e Sua Alteza que Deus guarde e os Senhores Estados que não queiram quebrar as pazes assentadas, antes haja a quietação prometida, que também da nossa parte faremos com a pessoa que governa êstes moradores se queira aquietar, ouvindo-lhe primeiro as suas razões e espero se ponha tudo em paz, assim da parte de Vossas Mercês como da nossa. Com esta embaixada vai o capitão João Gomes de Melo e o ajudante Francisco Gomes, que Vossas Mercês me farão mercê despachar logo, com tôda a brevidade. Guarde Deus a Vossas Mercês muitos anos. Hoje, 13 de agôsto de 1645. André Vidal de Negreiros."

APENSO IV

CARTA DE ANDRÉ VIDAL DE NEGREIROS A DIEDERICK VAN HOOGHSTRATEN E GASPAR VAN DER LEY, DATADA DA VILA DO CABO EM 13 DE AGÔSTO DE 1645.[58]

"Lembrado da palavra que Vossa Mercê nos deu na Bahia e a que tem dado ao governador João Fernandes Vieira e ao capitão João Gomes de Melo nos anima mais ao intento que pretendemos, que não deve Vossa Mercê nem o capitão Vanderley de faltar com o empenho, com que nos tem tão obrigados. Somos chegados a êste país com 3.000 homens mui luzidos e uma de duas armadas, enquanto não chega outra mui bem guarnecida, que à vista de Vossa Mercê tem passado, com que esperamos na Majestade divina fiquem libertos êstes pobres moradores, que êles e nós desejamos muito ver a Vossas Mercês em nossa companhia para os amarmos e estimarmos com a vontade que a Vossas Mercês lhes deve ser presente, lembrando a Vossas Mercês que não queiram ficar perdidos. E nós lhes prometemos cumprir e guar-

58. Ibidem. Rev. cit., págs. 44-45.

dar o que João Fernandes Vieira e João Gomes de Melo têm oferecido e de minha parte prometo muito mais, e de fazer tudo que Vossas Mercês quiserem. E protesto cumprir minha palavra sem faltar um ponto. E para os moradores que lá estiverem lhes daremos passaporte e tôda sua fazenda, como fizemos em Sirinhaém ao comendor e escolteto e Carpintel, e todos os mais, à vista de nosso poder, se nos entregaram. E assim espero que Vossas Mercês o façam e para assentar o modo como há de ser vai o capitão João Gomes de Melo de quem fiamos só êste negócio, como Vossa Mercê me disse, para se dar logo a execução ou resolvermos o que nos parecer e no entretanto guarde Deus a Vossas Mercês muitos anos. Santo Antônio do Cabo, 13 de agôsto de 1645. Muito amigo e criado de Vossa Mercê, André Vidal de Negreiros".

APENSO V

RESPOSTA DE GASPAR VAN DER LEY, DIEDERICK VAN HOOGHSTRATEN E JOHAN HICK ÀS CARTAS DE ANDRÉ VIDAL DE NEGREIROS, SEM LOCAL NEM DATA.(59)

"Recebemos a de Vossa Mercê da mão do capitão João Gomes de Melo, pela qual entendemos que Vossas Mercês estão chegados à Vila da Santo Antônio do Cabo e festejamos muito em entender que o Senhor Governador Antônio Teles da Silva quer aquietar as alterações que houve nestas partes e esperamos que Vossa Mercê também faça muito nisso por sua presença. Tocante ao agravo que Vossas Mercês dizem e outras insolências que estariam feitas pelos senhores flamengos, nos pesa muito, que quanto a nós nesta parte não fizemos agravo a nenhum menino, quanto mais a nenhum homem de bem, de modo que Vossas Mercês podem fazer estas queixas aos Senhores do Supremo Conselho e não a nós outros. Ao que toca o que Vossas Mercês escrevem que tratássemos com o capitão Gomes de Melo, e o ajudante Francisco Gomes não está em nossa mão, assim que pedimos a Vossas

59. ibidem.

Mercês não nos queiram mandar muitas embaixadas destas e com isto beijamos as mãos de Vossas Mercês muitas vêzes, de que ficamos certos criados e amigos. Gaspar van der Ley, Diederick van Hooghstraten e Johan Hick".

APENSO VI

CARTA DE MARTIM SOARES MORENO E ANDRÉ VIDAL DE NEGREIROS A DIEDERICK VAN HOOGHSTRATEN E GASPAR VAN DER LEY, DATADA DE NAZARÉ EM 22 DE AGÔSTO DE 1645.[60]

"Êste mulato vem do Recife com o fato do Senhor Henrique Haus governador das armas. Vossas Mercês vejam se querem alguma cousa para o dito senhor, e quando lá querem [sic] enviar o mesmo mulato seu, de quem êle mesmo se fiou, que fica prisioneiro com os mais senhores o tenente João Blaer, um sargento maior e um capitão-mor dos índios, para cujas pessoas, quando Vossas Mercês queiram alguma cousa, se podem valer desta mesma ocasião. Deus guarde a Vossas Mercês. Nazaré 22 de agôsto de 1645. André Vidal de Negreiros. Martim Soares Moreno".

60. ibidem. Rev. cit.. pág. 45.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO

INSTITUTO DE CIENCIAS DO HOMEM

DIVISÃO DE HISTÓRIA

MONOGRAFIAS:

1. **Tarcízio Rêgo Quirino,** Os Habitantes do Brasil no fim do século XVI
2. **J. de Souza Leão,** A "Mauritshuis" ao tempo de Nassau
3. **José Antônio Gonsalves de Mello,** Três Roteiros de Penetração do Território Pernambucano (1738 e 1802).
4. **Cleonir Xavier de Albuquerque,** A Remuneração de Serviços da Guerra Holandesa.
5. **Francisco José Moonen,** Gaspar Van der Ley no Brasil.

DOCUMENTOS PARA A HISTÓRIA NO NORDESTE

1. **Diálogos das Grandezas do Brasil,** 2.ª edição integral segundo o apógrafo de Leiden, aumentada
2. **Cartas de Duarte Coelho a El-Rei,** reprodução facsimilar com leitura paleográfica e versão moderna, anotada

FRANCISCO JOSÉ MOONEN — GASPAR VAN DER LEY NO BRASIL — RECIFE - 1968